

MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS NO IMPÉRIO

Clarisse dos Santos



MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS NO IMPÉRIO

Clarisse dos Santos

Editor

Lécio Cordeiro

Revisão de texto

Departamento editorial

Projeto gráfico, diagramação e capa

Nathália Sacchelli

Direitos reservados à

Editora Prazer de Ler Ltda.

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos dos textos contidos neste livro. A editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Clarisse dos
Movimentos contestatórios no império : 8º ano /
Clarisse dos Santos. -- Recife, PE : Prazer de Ler,
2023.

ISBN 978-85-8168-830-5

1. Ciências humanas (Ensino fundamental)
I. Título.

23-152705

CDD-372.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências humanas : Ensino fundamental 372.8

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

ISBN aluno: 978-85-8168-830-5

ISBN professor: 978-85-8168-857-2

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610,
de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil.

APRESENTAÇÃO

Você já se perguntou por que o Brasil é um país tão grande? Vários fatores fizeram com que o território brasileiro permanecesse praticamente com o mesmo tamanho desde que foi estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, no século XV. Mas nem sempre essa unidade esteve garantida. Isso porque foi apenas em meados do século XIX que o conceito de Brasil enquanto nação foi consolidado. Nesse contexto, os mitos, símbolos e heróis nacionais, como a bandeira e o hino, foram construídos entre a metade e o fim do século XIX, muito depois do nascimento do Brasil independente.

Antes de se configurar como nação e ter alicerçado esses elementos que fazem parte da nossa nacionalidade, o Brasil assistiu a muitos movimentos que contestaram o poder central, tanto no Período Colonial quanto no Império. Assim, neste livro, vamos nos debruçar sobre três conflitos que se desenvolveram durante o Período Imperial: a Revolta dos Malês, a Guerra dos Farrapos e a Revolução Praieira.

Ocorridos em locais e momentos diferentes, com características distintas, esses três eventos têm em comum a contestação de um poder que eles não reconheciam como plenamente legítimo: o governo do imperador. Veremos que esses movimentos deflagraram em um momento no qual o Brasil ainda não tinha se firmado como uma nação, ou seja, quando a unidade territorial ainda não era completamente assegurada. Assim, essas revoltas buscavam, de algum modo, a independência em relação a um governo centralizador.



Domínio público

O Planisfério de Cantino (c.1502) é uma carta náutica que apresenta os achamentos marítimos portugueses, a exemplo do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

SUMÁRIO

Processos da unificação territorial no Brasil	6
O Brasil unificado? Problematizando a ideia de unidade territorial	7
Contra a ordem colonial: ações e protestos na colônia	11
Brasil independente: nasce um país?	14
Refleta sobre o conteúdo.....	19
A Revolta dos Malês.....	24
O Brasil e a Bahia do século XIX	24
Quem eram os malês	27
Uma revolta feita por mãos negras	28
Desdobramentos da Revolta	30
Refleta sobre o conteúdo.....	33

A Guerra dos Farrapos	38
Entendendo o sul: uma região em disputa	39
Dez anos depois, a ruptura	42
A participação dos escravizados na Guerra dos Farrapos	46
Refleta sobre o conteúdo.....	48

A Revolução Praieira	52
Contexto sociopolítico de Pernambuco no século XIX	53
As ações do Partido Praieiro	54
Ascensão e queda dos praieiros	55
A Primavera dos Povos e os praieiros	57
Brasil Império: em busca de uma nação	58
Refleta sobre o conteúdo.....	59



1



Processos da unificação territorial no Brasil



Para saber um pouco mais sobre o que foi o **Golpe da Maioridade**, acesse o QR Code a seguir.



**Segundo Reinado –
Quer que desenhe –
Mapa Mental | Des-
complica**

Os movimentos contestatórios que estudaremos neste livro – a Revolta dos Malês, a Guerra dos Farrapos e a Revolução Praieira – ocorreram no período em que o Brasil era um Império, isto é, governado por um monarca que não era um rei, mas, sim, um imperador. Esse período vai desde a proclamação da Independência, em 1822, quando o príncipe regente, D. Pedro I, tornou-se imperador do Brasil, até 1889, quando foi proclamada a República e D. Pedro II foi exilado do País.

Dos 67 anos nos quais o Brasil viveu sob o regime monárquico imperial, nove deles foram governados pelas chamadas **Regências**. De 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono brasileiro e deixou como herdeiro seu filho, Pedro de Alcântara, à época com cinco anos, até 1840, quando foi executado o **Golpe da Maioridade** e Pedro assumiu como D. Pedro II, o Brasil viveu o chamado **Período Regencial**, em que o poder central recaiu sobre um único homem (Regência Una) ou um conjunto de homens (Regência Trina). Foi nesse momento que ocorreram a Revolta dos Malês, em 1835, e parte da Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845.

Antes de entendermos as motivações e o desenvolvimento desses eventos, precisamos conhecer o contexto sociopolítico de um Estado que mal havia proclamado sua independência e já lidava com os mais diversos e complexos conflitos internos. Na perspectiva da monarquia, abafar os movimentos contestatórios era garantir a unidade nacional e, em última instância, a própria existência do Brasil como um Estado independente. Já na perspectiva dos revoltosos, prosseguir com as rebeliões era o único caminho possível para se livrar das opressões de uma dominação central que limitava suas ações e seus anseios. Nessa disputa, venceu um projeto de poder unificado, forte e monárquico, que conseguiu manter um Estado de dimensões continentais e transformá-lo, com certo custo, em uma nação.

O Brasil unificado? Problematizando a ideia de unidade territorial

O Brasil é o quinto maior país do mundo, com mais de oito milhões de quilômetros de extensão territorial. É um país de tamanho continental, e muitos dos seus estados, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco, são maiores que muitos países europeus, a exemplo da França, que caberia “dentro” da Bahia; do Reino Unido, que se compara ao tamanho de São Paulo; e de Portugal, que tem a mesma extensão de Pernambuco. Se observarmos o mapa da América do Sul, conseguiremos perceber que o Brasil também é maior do que todos os nossos países vizinhos.



Mapa contemporâneo da América do Sul.

Tupungato | Adobe Stock



O Tratado de Tordesilhas

foi um acordo assinado em 1494 entre Portugal e Espanha (na época, Reino de Portugal e Castela, respectivamente) que dividia as terras encontradas e as que ainda seriam entre as duas monarquias.

Para saber mais sobre esse tratado, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



A linha que dividiu o mundo entre Espanha e Portugal | Tratado De Tordesilhas | Globalizando conhecimento

Contudo, diferentemente dos países europeus, os da América do Sul sofreram um processo de colonização muito parecido com a colonização portuguesa que se desenvolveu no nosso território. No século XVI, navegadores portugueses e espanhóis chegaram ao território que é hoje o continente americano e o repartiram com o propósito de solucionar as disputas territoriais entre os países ibéricos, os mais poderosos do mundo ocidental naquele momento. Na divisão, legitimada pelo **Tratado de Tordesilhas**, foram criadas colônias de exploração que geravam muito lucro para as metrópoles europeias.

Mas, ao longo dos séculos em que as colônias americanas estiveram subjugadas às suas respectivas metrópoles, diversos fatores contribuíram para que o desenvolvimento e a formação das sociedades nas áreas portuguesas e espanholas ocorressem de modos muito diferentes. Nesse contexto, a divisão geopolítica é um exemplo. Isso porque, enquanto a América espanhola foi dividida em quatro vice-reinados – Nova Espanha, Peru, Rio da Prata e Nova Granada –, além de diversas capitanias relativamente independentes entre si, a América portuguesa tinha uma administração mais centralizada, apesar das várias capitanias hereditárias, em razão da existência de um único governo geral.

Essa descentralização de poder observada na América espanhola abriu caminho para a construção de uma sociedade na qual a circulação de ideias foi mais livre se comparada à América portuguesa. Desse modo, jornais, livros e panfletos faziam parte do cotidiano dos colonos que viviam sob tutela hispânica. A Coroa portuguesa, ao contrário, proibia que esses materiais fossem produzidos e veiculados nas colônias. Outra diferença marcante podia ser observada na educação superior: enquanto na América espanhola foram fundadas universidades ainda no século XVI, Portugal não permitia tal feito em suas colônias. Assim, o acesso a cursos superiores era restrito aos descendentes de portugueses que tivessem condições de viajar a Coimbra, o que fortaleceu a concentração do poder do reino português e de pequenos grupos privilegiados.

Embarque do Príncipe Regente de Portugal, D. João VI de Portugal e toda Família Real para o Brasil (1812), de Henri L'Evêque.



Domínio público

As diferenças na formação social das colônias ficaram ainda mais acentuadas depois que Napoleão Bonaparte voltou a sua investida armada contra a Península Ibérica, em 1807, tentando dominar os reinos da Espanha e de Portugal para agregá-los ao Império francês. Antes que as tropas francesas chegassem a terras portuguesas, o príncipe regente de Portugal, D. João VI, planejou a fuga do reino para a sua colônia mais próspera: o Brasil. Assim, em novembro de 1807, as caravelas partiram da Europa, e, em janeiro de 1808, a corte de Portugal, com mais de 15 mil pessoas — além de todos os arquivos, a biblioteca e os documentos burocráticos —, desembarcou na Bahia, livrando-se dos ataques franceses e mudando para sempre a história do nosso país.

O reino espanhol não teve a mesma sorte: Napoleão conseguiu destronar o rei da Espanha, Fernando VII, que foi preso e levado à França. No lugar de Fernando, assumiu José Bonaparte, irmão de Napoleão, que passou a governar as posses hispânicas. Essa ação aprofundou uma crise que já havia sido anunciada nas colônias espanholas após as **Reformas Bourbônicas**. Os **colonos**, espanhóis que viviam na América, passaram a questionar se ainda deveriam ser fiéis e servir a uma metrópole em derrocada. Assim, foram criadas **juntas de governo** em diferentes províncias nos vice-reinos, o que possibilitou aos colonos disporem de autonomia e liberdade nunca antes experimentadas na administração das suas províncias.

Em 1814, após o rei Fernando VII retomar o seu trono e restaurar a monarquia espanhola, os criollos — que compunham a elite econômica das colônias espanholas — negaram-se a retroceder à antiga relação de submissão entre colônia e metrópole. No ano seguinte, as lutas pela independência se espalharam pela América do Sul, especialmente nos vice-reinos da Prata e de Nova Granada. Em 1824, após a consolidação da independência do Peru, as guerras de emancipação se encerraram com a derrota dos exércitos espanhóis, afirmando a independência das antigas colônias.

A fragmentação do antigo território espanhol passou a ser uma preocupação para os grupos que levaram a cabo a independência das colônias na América do Sul. Eles temiam que o surgimento de vários Estados pequenos pudesse causar um desequilíbrio de forças no continente, pois tanto o Brasil quanto os Estados Unidos mantiveram a grande extensão dos seus territórios após a independência das metrópoles.

Então, em 1826, vários líderes dos territórios independentes se reuniram no Panamá para tentar criar uma confederação que unisse os novos países e conseguisse fazer frente aos grandiosos vizinhos. O projeto foi encabeçado principalmente por Simón Bolívar e propôs a criação de um único Estado nacional que reunisse todas as antigas colônias, o que ficou conhecido como **pan-americanismo**. Porém, o efeito do encontro foi inverso ao que se esperava, e os territórios se fragmentaram ainda mais: o antigo vice-reino do Rio da Prata transformou-se nos atuais Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina. Do mesmo modo, o vice-reino de Nova Granada virou Grã-Colômbia, que, posteriormente, foi dividido e formou os países Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá nas configurações que conhecemos atualmente.

As **Reformas Bourbônicas** foram uma série de reformas administrativas implementadas pela Coroa espanhola com o objetivo de tornar mais eficiente a exploração do sistema colonial e diminuir a autonomia dos descendentes de espanhóis nascidos em terras americanas — conhecidos como **criollos**. Entre as medidas, estavam o aumento de impostos, o reforço do pacto colonial — proibição de comercialização com outros Estados que não fosse a Espanha — e o combate ao contrabando.

As **juntas de governo** foram criadas durante a regência de D. Pedro I com o objetivo de Portugal recuperar o poder central europeu. Resumidamente, as juntas de governo são uma manobra administrativa para substituir os capitães e os governadores das capitanias hereditárias.

Há estátuas de Bolívar espalhadas por quase toda a América Latina, em países como Cuba, Equador, Colômbia e México. São encontradas também em países europeus, como Espanha e Inglaterra. Na imagem, estátua de Simón Bolívar na capital da Venezuela, Caracas.



PhotoSpirit | Adobe Stock



No episódio *Simón Bolívar*, o podcast *História em Meia Hora* aprofunda a história e as ações de Bolívar, que ficou conhecido como **O Libertador**, pela sua participação nas lutas de independência das colônias espanholas. Você pode ouvir esse episódio acessando o QR Code a seguir.



Simón Bolívar | História em meia hora

No Brasil, o processo de independência foi completamente diferente. Enquanto a invasão napoleônica à Península Ibérica acelerou as emancipações das colônias hispânicas, ela garantiu à Coroa portuguesa alguns anos de soberania sobre o seu território colonial mais próspero. Como vimos, antes de Napoleão conseguir chegar em Portugal, D. João VI fugiu para o Brasil com toda a corte, chegando aqui em 1808 e se instalando definitivamente no Rio de Janeiro com o objetivo de preservar a monarquia portuguesa e manter a defesa do principal território que sustentava a riqueza dessa monarquia.

A chegada da Coroa portuguesa no Brasil trouxe diversas mudanças para a colônia. Com a chamada **abertura dos portos**, findou-se o Pacto Colonial, e os comerciantes que viviam aqui passaram a negociar não apenas com Portugal, mas também com todas as nações amigas — aquelas que mantinham boas relações com o reino de Portugal, como a Inglaterra. Além disso, a instalação da corte modificou a própria dinâmica interna da colônia, com reformas urbanas e dinamização do comércio da província que se tornou a nova capital. Aportando no Brasil, já em 1808, D. João VI extinguiu diversas proibições até então vigentes: criou as primeiras escolas superiores do Brasil — que ainda não eram universidades, pois estas seriam criadas apenas no século XX —, criou também o Banco do Brasil e autorizou a implementação de algumas indústrias.

Todas essas transformações na colônia proporcionaram novas experiências e oportunidades para os colonos, pois, especialmente na capital, eles puderam vivenciar certa liberdade. Ainda nesse contexto, em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, ou seja, deixou de ser colônia para integrar os territórios reais de Portugal. Um dos efeitos dessa mudança de *status* foi a sensação de inversão na importância das regiões do reino português: a antiga colônia havia se transformado em metrópole; e a metrópole oficial, na Europa, sem a presença da família real, ficou em segundo plano e subordinada ao Brasil. Assim, o Pacto Colonial havia sido totalmente

transfigurado, pois a colônia americana tinha se tornado o centro político e administrativo de Portugal.



Domínio público

A primeira imagem é uma iconografia do século XIX, do artista francês Jean-Baptiste Debret, reproduzindo a vista do Paço de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, onde a família real se instalou e permaneceu sendo a casa de D. Pedro I após a independência do Brasil. A segunda imagem é uma foto do mesmo lugar em 2011. O antigo Paço deu lugar ao Museu Nacional, que reunia um dos maiores acervos de História Natural e de Antropologia do continente americano. O espaço era mantido pela UFRJ, mas, em 2018, foi atingido por um incêndio que destruiu quase todo o seu acervo.



Alessandro Zappalorto | Shutterstock

Outro efeito importante da vinda da Coroa portuguesa para o Brasil foi o fortalecimento do controle que a monarquia exercia sobre os súditos que viviam no Brasil. Esse controle, somado a todas as outras características de dominação que a administração portuguesa impunha ao País — o pacto colonial de exclusividade comercial, a proibição de universidades e indústrias e o estrito controle de quem entrava e saía da colônia —, foi muito importante para que o território brasileiro permanecesse agregado e sob a rédea metropolitana.

Contra a ordem colonial: ações e protestos na colônia

Ainda antes da chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, ocorreram diversos movimentos que contestavam o poder central. Por exemplo, no final do século XVIII, eclodiu em Minas Gerais a chamada **Inconfidência Mineira**. Esse movimento contestava os altos impostos cobrados pela metrópole, o preço exorbitante dos produtos comercializados pelos portugueses e o controle que Portugal exercia sobre os colonos. Nessa conjuntura, o grupo de rebeldes que constituiu a rebelião reivindicava a criação de um governo republicano na província mineira. Além disso, planejava prender o governador quando este fosse

Tiradentes esquartejado (1893), de Pedro Américo. Essa obra foi criada no contexto da independência do Brasil, anos após o fim da Conjuração Mineira, momento que o Brasil buscava criar heróis, ou seja, construir sua própria história de glória. A pintura de Américo buscou retratar Tiradentes a partir dessa perspectiva heroica, que remete também à simbologia cristã, de um mártir que morreu pela nação, apesar dessa interpretação ser dos contemporâneos da obra, e não dos líderes do movimento mineiro, que não estavam imbuídos de um sentimento nacionalista.



Domínio público

fazer as cobranças de impostos, para dar início a uma administração que os rebeldes julgavam ser mais justa. No entanto, a revolta foi denunciada, e, antes mesmo de suas ações serem efetivadas, o governador determinou a prisão dos revoltosos, que foram condenados e executados. Entre eles, estava Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como **Tiradentes**.

Alguns anos depois, em 1798, ocorreu a **Conjuração Baiana**, outra rebelião contra o poder central da metrópole. Sediada na cidade de Salvador, a Conjuração também ficou conhecida como **Revolta dos Alfaiates**, por ter sido aderida não apenas por intelectuais e pela elite local, mas também pela população que exercia profissões liberais. Por meio da distribuição de panfletos,

os líderes do movimento propagavam ideais de liberdade e igualdade. Eram contra o autoritarismo de Portugal e queriam um governo republicano e democrático, com liberdade para negociar comercialmente com qualquer Estado. Por isso, pediam pela proclamação da “República Bahiense”. Semelhantemente ao ocorrido na Conjuração Mineira, os líderes do movimento foram presos. Assim, as tropas provinciais conseguiram prender os líderes da revolta antes mesmo de se deflagrar qualquer rebelião, pois descobriram a distribuição dos folhetos e acabaram com a organização.

Tanto a revolta mineira quanto a baiana foram diretamente influenciadas pelos ideais da Revolução Francesa, ocorrida em 1789, e da Independência das Treze Colônias da América inglesa, estabelecida em 1776. A Conjuração Baiana ainda teve outra inspiração: a Revolução Haitiana, que, em 1791, libertou o Haiti da dominação francesa por meio de uma revolta de escravizados.

Para saber mais sobre a Conjuração Baiana, assista ao documentário disponível no QR Code a seguir.



Minidocumentário
Conjuração Baiana –
Band nos 200 anos da
Independência | Band
Jornalismo

Conjuração versus inconfidência

O termo *inconfidência* tem sido utilizado pela historiografia para caracterizar os movimentos de contestação à metrópole ocorridos no Brasil em fins do século XVIII. Cabe distinguir, porém, os termos *inconfidência* e *conjuração*, muitas vezes tratados como sinônimos: **inconfidência** se associa à ideia de traição e infidelidade ao soberano e à metrópole, ao passo que **conjuração** espelha melhor a perspectiva dos colonos, levados a urdir conspirações em defesa dos seus interesses. De todo modo, tenham sido inconfidências ou conjurações, ambas foram movimentos inseridos nos contextos de crise do sistema colonial.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1508–1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 301.

Já no século XIX, em 1817, estourou na cidade do Recife um movimento político que pretendia separar a capitania de Pernambuco do resto da colônia. A **Revolução Pernambucana**, também chamada de **Revolução dos Padres** — em razão da grande participação de sacerdotes católicos como líderes —, foi motivada, principalmente, pela insatisfação crescente daqueles que viviam nas capitânicas do norte. Com a chegada da família real ao Brasil, a cobrança de impostos aumentou consideravelmente em todas as províncias, visto que todos os esforços políticos e financeiros estavam voltados para a cidade do Rio de Janeiro. Por esta ser a cidade na qual a Coroa portuguesa estabeleceu residência, o objetivo era torná-la mais parecida com uma metrópole europeia.

Naquele período, a província de Pernambuco era uma das que mais gerava lucros na colônia, contudo continuava atrasada e vendo seus lucros drenados para outros locais. Contrariados pela situação e imbuídos de ideais republicanos, os revoltosos tomaram o poder em março de 1817 e permaneceram por três meses no governo provisório instalado em Pernambuco, publicando decretos e documentos que norteavam a nova administração. Nesse período em que os rebeldes governaram a província, outras capitânicas também aderiram ao movimento, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em maio de 1817, o movimento foi desarticulado pelas tropas fiéis à Coroa e os líderes foram condenados à morte. Além disso, a província de Pernambuco perdeu a comarca de Alagoas, que se manteve fiel a Portugal, e, após o fim do movimento, tornou-se uma província autônoma.

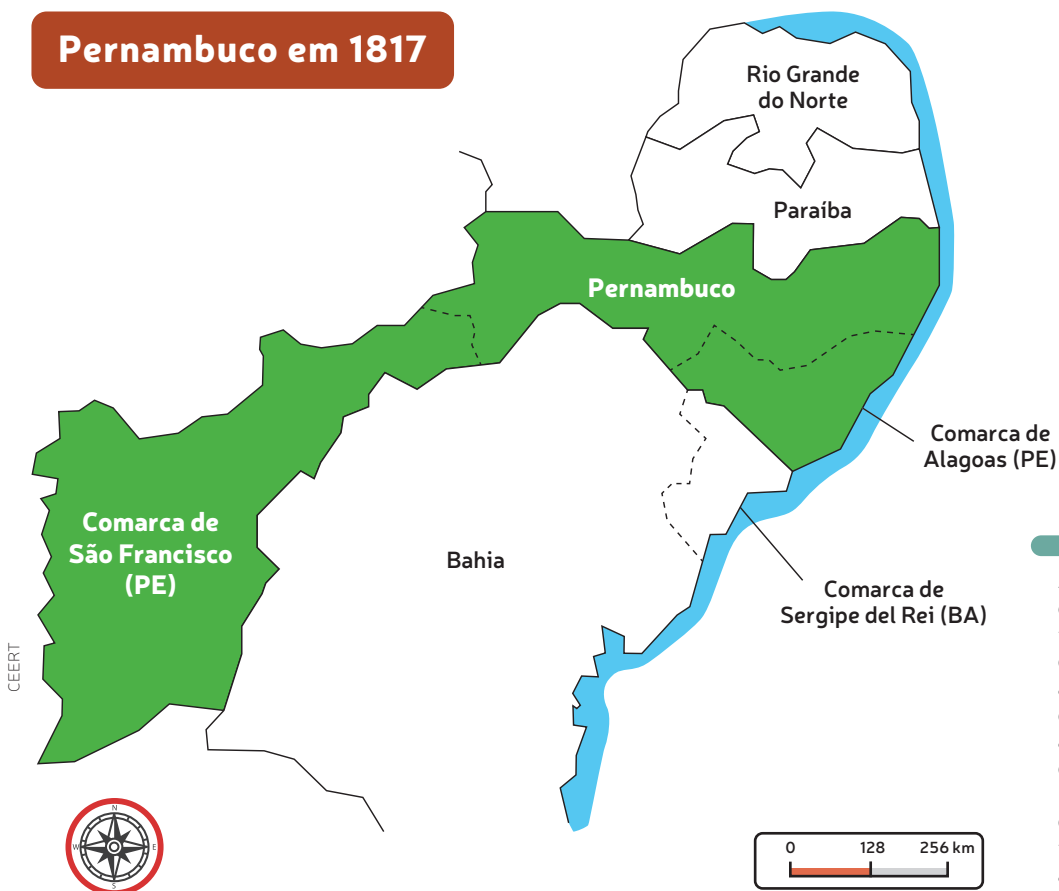
1817: A revolução esquecida

Direção: Tizuka

Yamasaki

Ano: 2017

Sinopse: O filme conta a história da paixão entre Domingos José Martins e Maria Teodora da Costa, ambientada no período em que a Revolução Pernambucana abalou as estruturas da antiga colônia portuguesa.



À época da Revolução de 1817, a então Capitania de Pernambuco tinha extensões territoriais distintas das que conhecemos atualmente. No mapa, é possível observar que essa capitania abrangia, além do atual estado de Pernambuco, o oeste da Bahia e o corrente estado de Alagoas, que se tornou independente de Pernambuco após a revolução.

Os episódios da Conjuração Baiana e da Inconfidência Mineira, no século XVIII, e da Revolução Pernambucana, no século XIX, deixam claro que a ideia de unidade territorial e política no Brasil, naquele período, ainda estava muito longe de ser algo unânime e concreto no território colonial. Todos os movimentos buscavam melhorias e mudanças unicamente para as suas províncias sem vislumbrar a possibilidade de libertar toda a nação do controle da metrópole. No máximo, havia um reconhecimento regional, como no caso na Revolução Pernambucana, na qual províncias vizinhas se uniram em prol da mesma causa.

A disputa entre as elites provinciais é um indício de que cada província tinha relativa autonomia, e não existia um sentimento de união nacional ou quaisquer vínculos, políticos ou econômicos, que ligassem as distintas regiões. O projeto de uma centralidade territorial era do interesse da Coroa portuguesa, pois, por meio desta unidade, seria possível gerenciar a riqueza de várias regiões. Mas essa centralização não beneficiava todas as províncias, e muitas delas preferiam a consolidação do autogoverno ou, pelo menos, a preservação da sua soberania, mesmo reconhecendo a existência de um poder central. Nesse contexto, o governo exercido pela Coroa portuguesa serviria apenas para cuidar dos interesses comuns a todas as províncias.

Assim, é possível observar que, embora os anseios emancipatórios estivessem fortemente presentes em diversas províncias da Colônia, existiam aspectos que colaboravam para a manutenção da unidade do território brasileiro. Além da transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, o desejo das elites em manter o sistema de escravização fez com que os movimentos emancipatórios fossem duramente combatidos.

Os movimentos contestatórios ocorridos durante o Período Colonial mostraram que o sistema vigente apresentava sinais de crise. Essas revoluções fizeram com que os membros da elite econômica perdessem o controle das populações pobres, especialmente dos escravizados. Desse modo, passaram a ter interesse na manutenção de um poder central, que poderia assegurar a preservação da escravidão e eliminar o risco de acontecer no Brasil o que ocorreu no Haiti: uma revolta de escravizados que culminou não só na independência da ilha — até então uma colônia francesa —, mas também no fim da escravização.

Brasil independente: nasce um país?

A chegada da família real ao Brasil modificou profundamente as estruturas coloniais, trazendo consequências para o futuro tanto de Portugal quanto do Brasil. O tempo de permanência do príncipe regente D. João VI e da sua corte no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**, que durou de 1808 até 1822, quando D. João VI — que havia sido coroado rei após a morte da rainha Maria I em 1818 — voltou para a Europa.

Nesse intervalo, como vimos, D. João VI realizou ações que mudaram a condição do Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que se transformou na sede do império lusitano. Além da alteração do Pacto Colonial, que se iniciou

no momento imediato da chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, a presença da corte influenciou até mesmo a expansão territorial da colônia, por meio da anexação do território da Cisplatina, no sul do continente. Todos esses eventos propiciaram mudanças estruturais na colônia brasileira.



Retrato de D. João VI ainda como príncipe regente, pintado em 1817 por Jean-Baptiste Debret.

A princípio conhecida como **Banda Oriental**, ou **Província Oriental**, a região Cisplatina, que pertencia ao Vice-reino da Prata, foi alvo de disputa entre Espanha e Portugal, desde o século XVII. No século XIX, foi anexada ao Brasil e passou a ser chamada de **Província Cisplatina**. Porém, com a Guerra da Cisplatina (1825–1828), o Brasil perdeu esse território, que se tornou a República Oriental do Uruguai.

No cenário externo, desde 1808, as colônias da América espanhola alcançavam, uma a uma, a sua independência, rompendo relações com o reino da Espanha e criando repúblicas liberais, vizinhas do Brasil. Com medo de que isso pudesse acontecer com a sua mais valiosa e lucrativa colônia, em 1815 D. João VI assinou uma lei que elevava o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. Assim, ele fez um aceno aos seus colonos, atendendo aos seus interesses. A partir das realizações em prol das aspirações dos colonos, D. João VI tentava fazer com que a ambição pela independência não se instalasse no Brasil. Contudo, a atenção voltada aos colonos americanos desagradava os súditos portugueses, que temiam ser igualados aos ex-colonos.

Ainda em 1815, depois de expulsarem as tropas francesas de Portugal com a ajuda da Inglaterra, os súditos portugueses passaram a se sentir ainda mais desprestigiados. A situação na Europa era difícil: os portugueses tinham que lidar com uma séria crise econômica e com a presença ostensiva dos ingleses. Até mesmo o governo português em Lisboa era representado por um inglês, William Carr Beresford, o lorde Beresford. Insatisfeitos com esse cenário, em 1820 eclodiu, na cidade do Porto, a chamada **Revolução Liberal**.



Para saber mais sobre o que foi a Revolução Liberal e a importância do Dia do Fico para essa época no Brasil, acesse o QR Code a seguir.



Dia do Fico e a Revolução Liberal do Porto | Nerdologia

Os líderes do movimento exigiam o retorno imediato de D. João VI a Portugal. Eles não tolerariam mais a presença dos ingleses e, com o objetivo de reasumir o poder, criaram as **Cortes portuguesas**, que reuniam deputados eleitos de todo o Império Lusitano, além de redigirem uma nova Constituição, impondo limites aos poderes reais.

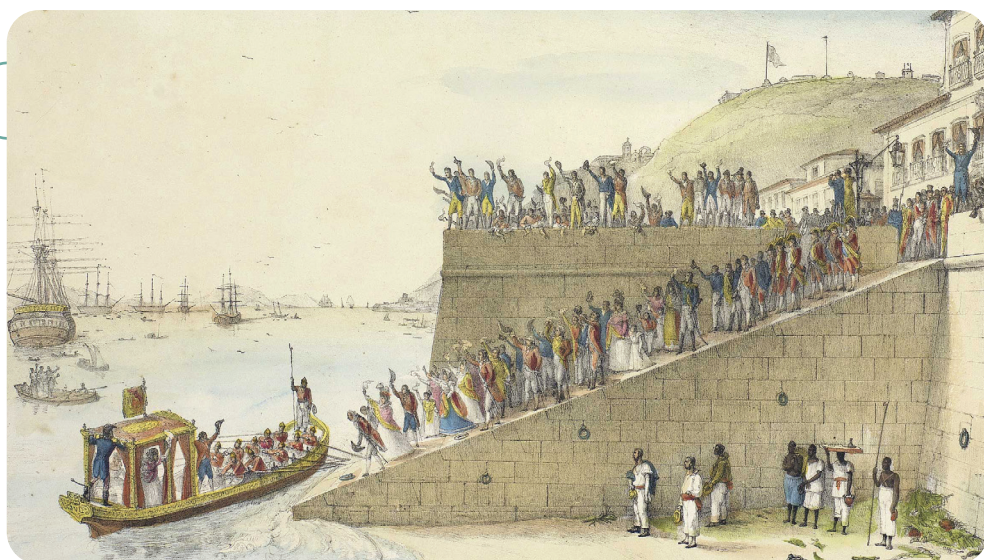
Sessão das Cortes de Lisboa (1922), de Oscar Pereira da Silva. O cenário contou com a participação de representantes das províncias brasileiras que fossem partidárias da separação de Brasil e Portugal. Assim, eles foram até Lisboa para defender os interesses da colônia. Contudo, quando os representantes chegaram lá, a Corte já trabalhava há oito meses e havia aprovado medidas que os deputados do Brasil viram como desfavoráveis.



Domínio público

A Revolução Liberal ganhou esse nome porque buscava uma reestruturação política para o Estado português a partir dos marcos do liberalismo. Além disso, os líderes da revolta estavam preocupados com a recuperação econômica de Portugal e acreditavam que, para isso acontecer, era preciso restaurar o domínio português sobre o Brasil. Em outras palavras, os líderes queriam que o pacto colonial fosse restabelecido e que a autonomia da colônia brasileira fosse revogada. D. João VI, com medo de perder a coroa, voltou a Portugal em 1821 e deixou seu filho, D. Pedro I, na função de príncipe regente do Brasil.

A pintura *Partida da Rainha para Portugal* (1830), de Jean-Baptiste Debret, retrata o embarque de Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, de volta a Portugal, atendendo a uma das reivindicações da Revolução Liberal do Porto.



Domínio público

Os colonos brasileiros, especialmente a elite colonial das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sentiram-se ameaçados pelas reivindicações da Revolução Liberal e passaram a exigir de D. Pedro I um projeto político que garantisse a autonomia do Brasil e, mais especificamente, a manutenção dos seus privilégios.

Em Lisboa, as Cortes portuguesas demandavam o retorno do príncipe D. Pedro I para a Europa, a fim de deixar o Brasil mais vulnerável e dependente de Portugal. No Brasil, havia uma mobilização pela permanência do príncipe e separação da colônia. Dessa maneira, a elite provincial se aproximou de D. Pedro I e o apoiou na construção de um projeto de separação que conservasse as estruturas coloniais garantidoras de seus privilégios, especialmente a escravização e a monarquia. Tentando barrar esse projeto, as cortes portuguesas estabeleceram medidas que diminuíam o poder de D. Pedro I enquanto príncipe regente. Diante das pressões tanto de Portugal quanto da elite do Brasil, D. Pedro I abriu mão de qualquer política conciliatória com Portugal e rompeu com o país, declarando a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

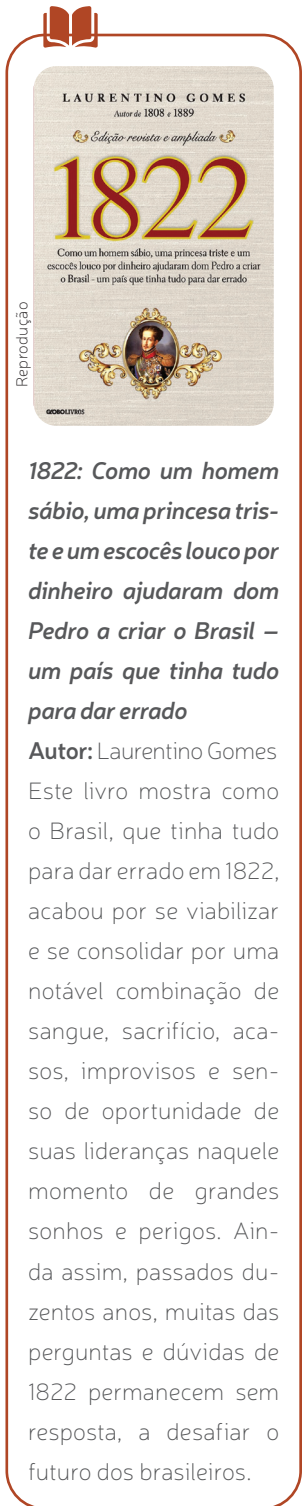
Após a independência, as elites provinciais estavam empenhadas em assegurar os seus interesses sem serem ameaçadas por um governo central que ignorasse as demandas regionais, como era o projeto absolutista de D. João VI. Ainda assim, a busca pela unidade territorial continuou como um dos objetivos principais no império, surgindo, então, diversos conflitos internos até que a separação de Portugal se consolidasse. O país não reconheceu a independência do Brasil de imediato (o que só aconteceu em 1825), e tropas leais à Coroa portuguesa foram mobilizadas para lutar contra os movimentos independentistas. Nas diversas regiões do país, forças brasileiras resistiram às investidas.

Nas províncias do Norte, ocorreram batalhas marcantes, como a **Batalha do Jenipapo**, no Piauí, em 1823, na qual um forte movimento popular enfrentou as tropas do governador da província, que era contrário ao separatismo, e conseguiu expulsá-lo do Brasil. A guerra na Bahia foi outro conflito que teve ampla participação de forças populares na luta contra tropas portuguesas, que foram derrotadas no dia 2 de julho de 1823, data em que até hoje é comemorado o Dia da Independência na Bahia.

A atual divisão regional do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) foi estabelecida apenas em 1969, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Período Colonial, todo o território setentrional do Brasil era designado genericamente como **Norte**, sem distinção de regiões. A partir de 1913, o Brasil passou a ter divisões geográficas regionais, originalmente utilizando-se o critério de elementos físicos. Posteriormente, elementos sócio-econômicos também foram incorporados para definir o processo de divisão regional do território brasileiro.

As lutas e, principalmente, vitórias das tropas que defendiam a independência do Brasil acabaram por criar um sentimento de pertencimento no território brasileiro, até 1823, e os conflitos prosseguiram derramando sangue, quando as tropas imperiais expulsaram os portugueses e seus aliados do Brasil. Foi essa troca de experiências comuns que levou ao surgimento da expressão *brasileiros*, que não existia no vocabulário daquela época.

Em 1824, foi outorgada a nova Constituição imperial, que trazia como maior novidade a criação do Poder Moderador, também conhecido como **quarto poder**. O processo constituinte e a criação do quarto poder deixavam clara a tendência



1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado

Autor: Laurentino Gomes

Este livro mostra como o Brasil, que tinha tudo para dar errado em 1822, acabou por se viabilizar e se consolidar por uma notável combinação de sangue, sacrifício, acasos, improvisos e senso de oportunidade de suas lideranças naquele momento de grandes sonhos e perigos. Ainda assim, passados duzentos anos, muitas das perguntas e dúvidas de 1822 permanecem sem resposta, a desafiar o futuro dos brasileiros.

absolutista do novo imperador do Brasil. D. Pedro I passou a ser questionado por suas atitudes autoritárias, o que foi desgastando sua imagem.

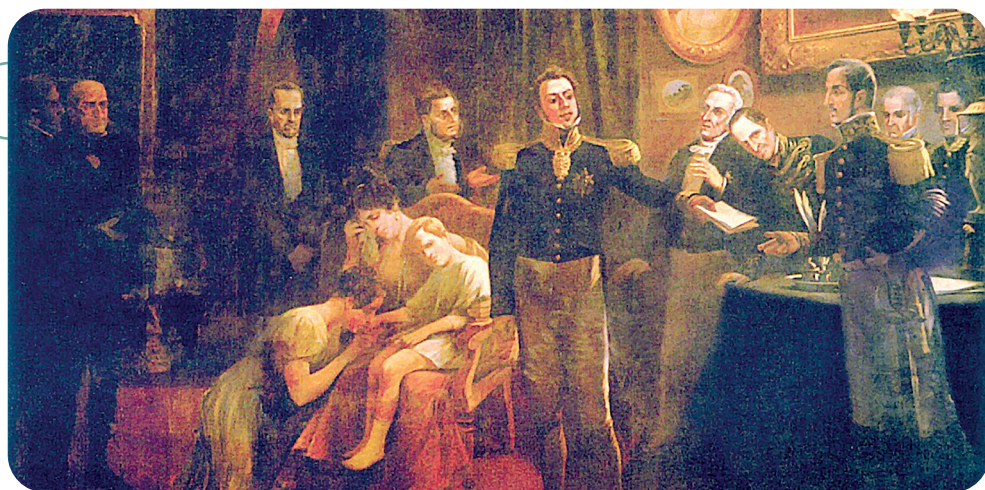
Coroação de Dom Pedro I (1828), de Jean-Baptiste Debret, retratando a cerimônia que consagrou D. Pedro I como imperador do Brasil. A composição da cena, com o presidente do senado do Rio de Janeiro ajoelhado em frente ao monarca, dá a D. Pedro I ares divinos. Os trajes do imperador, diferente daqueles usados por seu pai, D. João VI (veja a imagem da página 15 e compare), é outro elemento presente na tela que busca demarcar o processo de ruptura que se iniciava com o rito retratado.



Domínio público

Em 1831, a insatisfação com a política despótica de D. Pedro I chegou ao auge depois do episódio conhecido como **Noite das Garrafadas**, na qual opositores e partidários do imperador se enfrentaram nas ruas do Rio de Janeiro. Logo em seguida, D. Pedro I trocou todo o seu ministério — composto apenas por brasileiros — por membros que apoiavam sua postura. O episódio causou reação não só na população, mas também no Exército brasileiro. Acuado, D. Pedro I abdicou do trono do império — em favor do seu filho, Pedro, de apenas cinco anos — e retornou para Portugal. Em razão da menoridade do herdeiro, foi formada uma Regência Trina para governar o Brasil. A partir disso, inicia-se o chamado **Período Regencial Brasileiro**, um momento conturbado na história do Brasil. Nesse momento, pela primeira vez, a elite brasileira assumiu o poder moderador de forma direta.

A abdicação do primeiro imperador do Brasil, Dom Pedro I (1911), de Aurélio de Figueiredo. A obra simboliza o momento em que o então imperador entrega a carta de abdicação às autoridades militares. Seu filho, Pedro, herdeiro do trono, está retratado sentado no colo de Amélia Augusta, esposa do imperador.



Domínio público

A abdicação de D. Pedro I não foi suficiente para aplacar os ânimos, tanto pelo fato de o Brasil ainda não se ter consolidado enquanto nação, quanto pela insatisfação com a centralização de poder no governo regencial. Além disso, as diferentes camadas da população tinham visões distintas quanto à forma de organização daquele novo Estado. Nesse contexto de agitação e instabilidade política, as divergências motivaram a formação de movimentos que contestaram os que estavam no poder. Estudaremos, então, alguns desses movimentos nos próximos capítulos.

Reflita sobre o conteúdo

1. A vinda da família real ao Brasil, em 1808, foi um dos principais marcos que contribuíram para a independência, que só ocorreu em 1822. Assim, com base no que foi estudado neste capítulo e no vídeo disponível no QR Code ao lado, responda: quais foram os principais eventos desencadeados a partir da vinda da Corte portuguesa e de que forma colaboraram para que o Brasil deixasse de ser colônia de Portugal?



Como foi a Independência do Brasil? |
Toda Matéria

2. Leia o texto a seguir.

A partir de 1821, os ecos da Revolução do Porto já se faziam presentes no espaço público do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. Os conflituosos interesses da elite brasileira colocavam em cena as disputas pela vigência de diferentes projetos políticos que apareciam de forma patente na dinâmica da vida cotidiana. A arena pública se tornava palco da constituição da prática cidadã, e o indivíduo comum passava a refletir e a discutir os destinos do Brasil.

MEIRELLES, J. G. *A família real no Brasil: políticas e cotidiano (1808–1821)*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015. Adaptado.

Nesse período, houve uma forte tensão entre o governo português e a colônia em relação ao papel de D. Pedro I. Os primeiros pediam seu retorno a Portugal, enquanto os colonos brasileiros defendiam sua estadia no Brasil. Nesse contexto, quais condições a elite provincial brasileira estabeleceu para apoiar o governo de D. Pedro I?

3. Leia o texto a seguir.

No encontro dos líderes da Conjuração Mineira, ficou decidido o momento mais acertado para deflagrar o movimento: no lançamento da derrama, previsto para fevereiro de 1789. A senha para os conspiradores era “hoje é o dia do batizado”. O movimento começaria com um tumulto em Vila Rica, que seria provocado por Tiradentes com o auxílio de alguns grupos com armas escondidas debaixo dos casacos.

Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8828-conjuração-mineira-a-conspiração-certo#:~:text=No%20encontro%20dos%20l%C3%ADderes%20da,%C3%A9%20o%20dia%20do%20batizado%22>. Acesso em: 24/02/2023. Adaptado.

Sobre a Conjuração Mineira, assinale a alternativa **correta**.

- a) A Conjuração Mineira foi um movimento contestatório que reivindicava uma mudança na forma como a população obtinha e comercializava o ouro.
- b) O movimento já tinha um caráter separatista e defendia um governo monárquico apenas para a província de Minas Gerais.
- c) Os revoltosos contestavam a metrópole portuguesa e se opunham aos altos valores dos impostos e dos produtos comercializados por Portugal.
- d) A Conjuração Mineira tinha um forte teor nacionalista, pois os rebeldes buscavam a independência do Brasil em relação a Portugal.
- e) O movimento foi influenciado pelos ideais da Revolução Americana, que incentivou outros países a buscarem sua independência da metrópole.

4. Analise o texto abaixo.

A permanência da família real no Brasil, de interesse dos proprietários de escravizados e de terras, comerciantes e burocratas da região centro-sul, não satisfaz os habitantes das demais regiões do país, fossem eles proprietários rurais, governadores ou funcionários. O primeiro grupo tinha consciência de que os favores e privilégios concedidos pelo monarca português eram os responsáveis pelo seu enriquecimento; o segundo vivia, desde a instalação da corte no Rio de Janeiro, uma situação paradoxal: afastado do poder, tinha, ao mesmo tempo, o ônus de sustentá-lo.

A corte no Rio de Janeiro. In: MultiRio. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/88-a-corte-no-rio-de-janeiro/8863-a-revolução-pernambucana-de-1817>. Acesso em: 01/02/2023. Adaptado.

Assinale a alternativa que apresenta uma das revoluções que aconteceu em decorrência das insatisfações relatadas no texto.

- a) Revolução Liberal, em 1820.
- b) Confederação do Equador, em 1824.
- c) Conjuração Mineira, em 1792.
- d) Conjuração Baiana, em 1798.
- e) Revolução Pernambucana, em 1817.

5. Leia com atenção os textos que seguem.

Texto I

Quanto a afirmar que a chegada da corte protelou a independência, eu diria que sim e que não. Sim, porque a chegada do rei ao Brasil abriu para o lado mais forte da contenda (as classes superiores brasileiras) a possibilidade de vislumbrar saída menos traumática que a ruptura. Não, porque a vinda da corte significou um passo decisivo, do qual não haveria como retroceder. De um modo ou de outro, pela conciliação ou pela ruptura, estava lançada a pedra fundamental da independência.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 33.

Texto II

Em 1822, o Brasil começou a se separar de Portugal, e isso não aconteceu de repente. Foi parte de um processo mais longo que, em alguns aspectos, começou em fins do século XVIII e, em outros, completou-se nos primeiros vinte ou trinta primeiros anos do século XIX. Até 1822, Portugal e Brasil tinham sido parte daquele enorme império português que, em 1815, recebera um novo e pomposo nome: Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Quando o Brasil se separou, esse Reino Unido deixou de existir e o Brasil começou uma vida própria.

Disponível em: <https://www.historiaaberta.com/post/existiuumaindependenciadobrasil>. Acesso em: 01/02/2023.

Com base nas informações dos textos, analise as afirmações a seguir.

- I. Não é possível afirmar que a presença da família real no Brasil tenha tido qualquer influência sobre os eventos da independência, pois em 1822 a corte já havia retornado para Portugal.
- II. A presença da Coroa portuguesa no território colonial foi um fator importante não apenas para a independência do Brasil, mas também para a preservação da unidade territorial.
- III. A elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, em 1815, barrou o processo de independência em curso naquele momento, que só foi retomado em 1822, após a saída da corte portuguesa da ex-colônia.
- IV. A extensão territorial do Brasil hoje é o desdobramento de uma multiplicidade de eventos da formação da sociedade brasileira, dentre as quais podemos citar tanto a vinda da família real em 1808 quanto o longo processo de independência.

Está **correto** o que se afirma em:

- | | |
|-----------------|-----------------------------|
| a) I, II e III. | d) II e IV. |
| b) I, III e IV. | e) Nenhuma das afirmativas. |
| c) II e III. | |

6. Sobre a Revolução Pernambucana de 1817, analise as afirmações a seguir.

- I. Foi um movimento baseado em sentimentos antilusitanos, pois os revoltosos defendiam a redução dos impostos e do domínio português sobre a província.
- II. Os principais atuantes na revolta foram os militares da província pernambucana, que almejavam a libertação das comarcas.
- III. A comarca de Alagoas, pertencente à província de Pernambuco, não se juntou à revolução, pois permaneceu fiel à Coroa portuguesa.
- IV. A revolução foi motivada pelo grande desenvolvimento da província pernambucana, que prosperava cada vez mais, gerando altos lucros.
- V. Os rebeldes permaneceram durante vários anos no governo da província, organizando a estrutura política de Pernambuco.

Estão **corretas** as afirmações:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) IV e V.

7. Observe atentamente o quadro abaixo.



Assinale a alternativa **correta** sobre esta obra.

- a) A pintura exalta a figura de D. Pedro I como o único protagonista do processo emancipatório brasileiro.
- b) A obra não teve qualquer importância na construção do imaginário brasileiro, ao permanecer oculta durante quase todo o século XX.
- c) A função do quadro era apenas decorativa, pois se tratava de uma encomenda de D. Pedro II para conservar a memória do pai.
- d) A pintura é extremamente fantasiosa, pois o dito fato, na realidade, não ocorreu.

Relembrando revoluções do Período Colonial

Para finalizar os estudos sobre as revoluções que ocorreram no Período Colonial, vamos relembrar os seus principais aspectos e conhecer outros. Para isso, utilize os conhecimentos adquiridos neste capítulo e pesquise informações em outras fontes para preencher o mapa mental.

Movimentos contestatórios que contribuíram para a Independência

Inconfidência Mineira

Minas Gerais
(1789)



O que motivou essa revolução?

Os rebeldes buscavam estabelecer uma nova administração para a província mineira por meio de um governo republicano.

Foi liderada pela elite mineira, e um dos rebeldes mais notórios foi Tiradentes.

Conjuração Baiana

Bahia
(1898)



O declínio da produção de açúcar e a insatisfação com o poder político vigente foram as principais motivações dessa revolta.

Quais eram os anseios dos manifestantes?

Contou com a participação de camadas mais populares da sociedade. Teve como líderes Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento

Revolução Pernambucana

Pernambuco
(1817)



Foi motivada pela insatisfação da distribuição desigual dos lucros das províncias, visto que era uma das mais prósperas.

Os revoltosos desejavam tornar a capitania de Pernambuco independente de Portugal e do resto da colônia.

Quem participou dessa revolução?

2



Arquivo Nacional, Domínio público

A Revolta dos Malês

A **Lei Feijó** foi promulgada devido à pressão que a Inglaterra passou a fazer para que os países que ainda mantinham o regime escravista o abolissem, visto que os ingleses queriam ampliar o seu mercado consumidor e vender os seus produtos manufaturados e a escravidão representava um duplo empecilho: os produtos produzidos por escravizados seriam muito mais baratos do que os produzidos por uma mão de obra paga e as pessoas cativas não eram consumidoras. Para não abalar as relações com o país, o Brasil, então, promulgou essa lei.

Entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente 4,8 milhões de pessoas do continente africano chegaram ao Brasil na condição de escravizadas, o que o tornou o país que mais recebeu pessoas vindas da África.

Essas pessoas vieram de lugares diversos do continente africano, mas a maior parte era da região onde hoje é a Angola. Isso mudou após a **Lei Feijó**, de 1831, que proibia o tráfico Atlântico de africanos e fez com que os traficantes fossem buscar pessoas na costa leste da África, tentando burlar a lei. Assim, a região próxima ao atual Moçambique se tornou importante para o comércio de escravizados para o Brasil, principalmente no século XIX.

Ao chegarem aqui, as pessoas trazidas da África tinham suas identidades culturais, étnicas e linguísticas apagadas. Elas passavam a ser agrupadas de acordo com critérios determinados por portugueses e brasileiros, por exemplo, o porto em que foram embarcados, a região em que foram comercializados, a feira em que foram comprados ou as línguas faladas por eles. Assim, ignoravam a diversidade cultural e a identidade dessas pessoas e atribuíam a elas designações genéricas, como angolas, moçambiques, benguelas, haçuás, malês, nagôs, entre outras. Desse modo, mesmo que buscassem formas de manter suas identidades étnicas, os africanos que desembarcavam no Brasil eram forçados a assumir a homogeneidade que lhes era imposta.

O Brasil e a Bahia do século XIX

Antes de abordarmos como ocorreu a Revolta dos Malês, é importante compreendermos o contexto no qual a revolta eclodiu. Como vimos, D. Pedro I, coroado imperador do Brasil em 1822, havia abandonado o trono em 1831,

deixando seu filho, Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos, como príncipe regente. Esse acontecimento deu início ao Período Regencial.

Inicialmente, formou-se uma Regência Trina, isto é, um governo formado por três pessoas que faziam parte do Senado Nacional. Durante o período em que esse modelo político esteve vigente, foi criada a Guarda Nacional, uma força militar composta por homens entre 21 e 60 anos cuja finalidade era manter a ordem e a segurança do país. Naquele período, a Regência Trina teve que lidar com a reivindicação de autonomia das províncias e com constantes episódios de insurreição. Assim, a Guarda Nacional era fundamental na dissolução desses movimentos.

Logo, a instabilidade política do país fez com que, em 1834, fosse instituído o **Ato Adicional de 1834**, que reformou a Constituição de 1824 para conceder mais autonomia às províncias, uma reivindicação que estava presente na elite mesmo antes da independência. Esse documento também encerrava a Regência Trina, substituindo-a pela Regência Una, na qual apenas uma pessoa, eleita para um mandato de quatro anos, governaria o país.

Naquela época, a província da Bahia apresentava características sociais que também são importantes para entendermos a revolta. Dados da época apontam que, em meados da década de 1830, na cidade de Salvador, capital da província, havia cerca de 65 mil habitantes. Desses, 22% eram brancos, os demais, eram negros, pardos e mulatos (de acordo com as designações da época). Dos negros, cuja maioria era nascida na África, 40% ainda estavam escravizados.



Domínio público

Diogo Antônio Feijó, o primeiro a assumir a Regência Una, em 1834. Feijó era um sacerdote católico e atuante na política brasileira. Ele fez parte também da Regência Trina e, como ministro da Justiça, foi o responsável pela criação da Lei Feijó, de 1831, que proibiu o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil. Também criou a Guarda Nacional.



Domínio público

Obra *Um mercado na Bahia* (1865), de Jean Leon Pallière Ferreira, retratando um mercado a céu aberto na província baiana, no qual se veem pessoas negras, provavelmente escravizadas. O comércio de rua na Bahia era quase todo ocupado por escravizados que trabalhavam no sistema de ganho. Eles se organizavam em feiras livres e vendiam uma grande diversidade de produtos, principalmente de alimentação.

Muitas pessoas escravizadas trabalhavam nos centros urbanos, e as relações escravistas nas cidades eram caracterizadas pelo sistema de ganho, a partir do qual o escravizado fazia algum tipo de trabalho nas ruas, comercializando algum produto ou resolvendo demandas dos senhores. Contudo, o lucro não era destinado a quem fazia esse trabalho, pois, no fim do dia ou da semana — a depender da imposição senhorial —, os escravizados entregavam o lucro do trabalho, ou a soma, anteriormente estipulada, ao seu senhor. Assim, essas pessoas só podiam ficar com os valores que sobravam, e, em geral, os senhores respeitavam essa regra.

Essa forma de trabalho possibilitava a circulação das pessoas escravizadas, que não ficavam cativas em propriedades. Era por meio dessa circulação que os escravizados tomavam ainda mais consciência da precariedade e exploração a que eram submetidos. Essa relação tensionava o próprio regime escravista e foi um ponto crucial na organização da revolta de 1835.



Domínio público

Atividades escravistas no século XIX na Bahia

No Recôncavo, os escravizados eram empregados em todo tipo de atividade rural, não apenas no setor açucareiro e fumageiro [produção de tabaco para o fumo]. Eles também labutavam na criação de gado e no cultivo da mandioca. A farinha de mandioca já era naquela época um item fundamental da dieta de ricos e pobres, senhores e escravizados. Como o fumo, a farinha estava também ligada ao tráfico, pois constituía um dos principais alimentos a bordo dos navios negreiros.

Da mesma forma, os escravizados trabalhavam nas vilas e cidades, sobretudo na capital, onde se ocupavam no trabalho doméstico, nos diversos ofícios (pedreiro, sapateiro, ferreiro), nas atividades do mar (marinheiro, remador, canoeiro, pescador). Eles lavravam a terra em pequenas plantações existentes na periferia da cidade, trabalhavam em variados tipos de construção pública e privada, vendiam uma grande variedade de pequenas mercadorias, principalmente comida pronta, verduras, peixe e carne. Eram também empregados no transporte de volumes grandes e pequenos, como caixas de açúcar, barris de cachaça, mercadorias importadas, água de gasto e potável, dejetos humanos, balaios de compras e até cartas eram levadas ao correio por escravizados. Eles também transportavam pessoas nas cadeiras de arruar, talvez a mais típica atividade dos escravizados nas ruas de Salvador.

REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*. In: Secretaria de Educação de Salvador/Bahia, p. 4. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/>. Acesso em: 02/01/2023. Adaptado.

Foi nesse contexto de instabilidade política e de grande circulação social que se desenrolou aquela que seria a maior rebelião de pessoas escravizadas do Brasil: a Revolta dos Malês.

Quem eram os malês?

O termo *malê* vem da língua iorubá – *imalê* – e significa *muçulmano*. Assim, essa era a designação para africanos que professavam o islamismo como religião, isto é, pessoas trazidas da costa leste do continente africano, que, no século VII, teve contato com árabes muçulmanos, responsáveis pela expansão muçulmana na África Subsaariana.

No Brasil, o termo *malê*, então, não designava a etnia da pessoa, mas fazia referência a qualquer africano que fosse muçulmano. Por isso, era possível observar várias etnias sendo chamadas de malê, como os nagôs, os hauçás e os mandingas, especificamente na Bahia.

Os malês, no Brasil, eram pessoas alfabetizadas que liam e escreviam em árabe. É preciso lembrar, contudo, que, durante todo o período colonial e imperial do Brasil, o catolicismo foi a religião oficial, e promover cultos de outra religião era total ou parcialmente proibido ao longo desses períodos. Logo, uma das estratégias utilizadas pelos malês para preservar a sua religião foi a memorização do Alcorão e a alfabetização de outras pessoas por meio do livro sagrado.

Religião e escravidão

Naquela época, e é importante registrar, não existiam bem definidas uma identidade étnica e outra religiosa entre os africanos que viviam no Brasil. Porém, particularmente na Bahia, o islamismo estava mais difundido em determinadas etnias, como a dos nagôs e a dos hauçás.

Analisando o movimento, sobre o prisma religioso e investigando documentos oficiais da época, há indícios de que os envolvidos na Revolta dos Malês buscavam proteção da sua crença no dia a dia e, por isso, se insurgiram. A presença da questão religiosa apresenta-se por meio do nome da revolta. Afinal, *malê* era como os negros muçulmanos eram chamados na Bahia.

ABI-RAMIA, Jeanne. *A Revolta dos Malês*. Adaptado. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dos-malês>. Acesso: 10/04/2023.

Assim, fazia parte da rotina dos africanos islamizados que viviam na Bahia realizar encontros e reuniões para professar a fé islâmica, recitando, memorizando e escrevendo passagens do Alcorão. Esses encontros eram espaços fecundos para a formação de redes de sociabilidade e a circulação de ideias, e especula-se que, a partir deles, surgiu não só a ideia do levante, mas também a organização do movimento. As reuniões que planejaram a rebelião eram feitas nas casas de libertos, o que mostra que, apesar de não terem sido os protagonistas da Revolta dos Malês, eles foram figuras importantes para o desenrolar do movimento, pois utilizaram a sua liberdade para viabilizar os encontros conspiratórios.



FABIO | Adobe Stock



FamVeld | Shutterstock

Na tradição muçulmana, o Alcorão é a manifestação da palavra de Alá revelada ao profeta Maomé durante 23 anos. Os escritos do Alcorão eram reproduzidos e disseminados pelos malês, que buscavam professar sua fé mesmo fora dos seus locais de origem. Na primeira imagem, página do Alcorão. Na segunda imagem, pai e filho rezando em uma mesquita, saudando o fim do Ramadã, quando os islâmicos jejuam e oram juntos. Hoje, o islamismo é a religião que possui mais adeptos na África, e é a religião que mais cresce no mundo.

Uma revolta feita por mãos negras

No dia 25 janeiro de 1835, a cidade de Salvador, na província da Bahia, acordou atordoada com os acontecimentos vividos na madrugada anterior. Cerca de 600 africanos, entre escravizados e libertos, tomaram as ruas, travando batalhas contra os soldados da Guarda Nacional e, rapidamente, espalharam os combates pela cidade. Como vimos, grande parte da população de Salvador na década de 1830 era negra e, devido à mudança nas rotas do tráfico de pessoas da África, começaram a chegar ao Brasil, especialmente em Salvador, muitos africanos muçulmanos, que sabiam ler e escrever em árabe — língua na qual está escrito o livro sagrado da religião islâmica. Além disso, muitos desses ainda eram escravizados e trabalhavam na função de escravos de ganho, o que permitia que conseguissem juntar um pouco do lucro do que sobrava.

O **califado** consiste em uma forma de governo monárquico islâmico, que surgiu após a morte do profeta Maomé. O termo significa *sucessão* em árabe e, nesse sistema, o governo é exercido pelo chamado **califa**, um líder eleito que deve governar segundo o conjunto de leis islâmicas e se comprometer com a expansão do islamismo.

Em diversos locais do mundo, o termo **mandinga** foi utilizado para se referir aos negros africanos adeptos do islamismo. No Brasil, era usado para se referir, especificamente, aos africanos muçulmanos que carregavam pequenos pedaços de couro com trechos do Alcorão pendurados junto ao peito. Com o passar do tempo, a palavra foi incorporada ao vocabulário do português brasileiro como sinônimo de *feitiço*.

Vendedores de palmito e samburás (cerca de 1825), de Jean-Baptiste Debret. Na imagem, é possível ver escravizados com trajes típicos dos africanos islamizados, que trabalhavam no sistema de ganho.



Domínio público

Todos esses aspectos dos africanos que vivam na capital da província baiana — serem alfabetizados em uma língua desconhecida do colonizador, pertencerem, em sua maioria, à religião islâmica e conseguirem juntar dinheiro, mesmo que pouco —, somados ao contexto político da época, foram fatores fundamentais para estabelecer esse levante. A principal motivação foi a insatisfação com a escravidão a qual muitos ainda estavam submetidos e a forma como as pessoas negras eram tratadas. Além disso, tinha motivação religiosa e visava expandir o islamismo na província baiana, além de instituir um **califado** em Salvador.

A indumentária com a qual os revoltosos foram às ruas deixou claro o caráter religioso da rebelião: eles vestiram abadás brancos e longos — traje típico dos adeptos do islamismo na Bahia —, bem como utilizaram amuletos, como uma espécie de pequenas bolsas — chamadas **bolsa de mandinga** — levadas nos bolsos ou amarradas no corpo, que continham pedaços de papéis dobrados com trechos do Alcorão e orações. Quando interrogados sobre os itens, os escravizados afirmaram que se tratava de amuletos que trariam proteção e bênçãos.



Reprodução



Na imagem da esquerda, gravura *Nègre Manding* (em tradução livre, *Negro mandingo*), de René Claude Geoffroy de Villeneuve, que mostra como se vestiam os africanos islâmicos. Nela, é possível ver um amuleto semelhante aos que eram usados pelos malês que vivam no Brasil e que foram usados na revolta. Na imagem da direita, manuscrito de escrita árabe encontrado com um africano morto durante a Revolta dos Malês.

Os revoltosos planejaram o levante de forma minuciosa, com reuniões em diversos locais da cidade, especialmente na casa de negros libertos. Também se preocuparam em ensinar a língua árabe aos não islâmicos que aderiam ao movimento, visto que, comunicar-se por escrito, especialmente em uma língua que os colonizadores não falavam, facilitava o fluxo de informações. Além disso, cientes de que haveria custo financeiro para que o ataque acontecesse, os escravizados que trabalhavam no sistema de ganho juntaram os valores que receberam para financiar o levante. Esses escravizados também exerceram papel importante na circulação de informações, visto que tinham mais facilidade de transitar pela cidade.

O levante estava marcado para acontecer na manhã do dia 25 de janeiro de 1835, em que seria comemorado o Dia de Nossa Senhora da Guia, celebração que faz parte das festividades do Nosso Senhor do Bonfim. A data foi escolhida de forma estratégica, visto que, com boa parte das pessoas concentrada na festa do Bonfim, a cidade estaria esvaziada, o que favoreceria os insurgentes.

Uma “guerra santa”

A tradição religiosa islâmica também foi determinante na escolha do dia 25 de janeiro para o início do levante. Para os católicos, a data é dedicada a Nossa Senhora da Guia e faz parte da festa do Senhor do Bonfim, uma das mais tradicionais da Bahia. Mas, para os muçulmanos, naquele ano, era dia de comemorar o **Laylat al-Qadr** – conhecido também como **Noite do Destino**, ou **Noite da Glória**. Essa é uma das festas islâmicas que precedem o fim do Ramadã – mês sagrado para os muçulmanos – e celebram a noite na qual o profeta Maomé recebeu a revelação do livro sagrado, o Alcorão.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44011770>. Acesso em: 02/02/2023. Adaptado.



Na imagem, câmara Municipal de Salvador, um dos palcos das batalhas entre os revoltosos e a guarda da província baiana.



Reprodução

Khalil – A revolta dos malês

Autores: Malika, Eunuquis e Romahs

A quinta edição do gibi *Khalil* traz um tema bastante interessante: a Revolta dos Malês, um momento peculiar na história da escravidão do Brasil.

Os gibis *Khalil* são produzidos pela Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras) e a edição digital é disponibilizada gratuitamente. Você pode ter acesso à quinta edição de *Khalil* por meio do QR Code a seguir.



Contudo, a revolta precisou ter início antes do previsto porque os rebeldes haviam sido denunciados e, ainda na madrugada do dia 25, um dos grupos foi descoberto. O grupo estava reunido no porão da loja de Manuel Calafate, um dos líderes da rebelião, quando foi surpreendido pela polícia, que procurava supostos rebeldes.

A revolta começou com aquele confronto inesperado e, mesmo diante do imprevisto, os malês deram seguimento ao planejado e foram de encontro aos outros grupos para invadir a cadeia da cidade, que ficava no subsolo da Câmara Municipal. Lá, eles pretendiam cumprir um dos seus objetivos: libertar africanos presos, inclusive Pacífico Licutan, que era um importante líder religioso muçulmano e um dos líderes da revolta. Porém, não tiveram êxito nessa missão.

A rebelião durou menos de 24 horas, período no qual os rebeldes se espalharam por Salvador e chegaram até a cidade de Vitória, convocando pelas ruas outros participantes para se juntarem ao movimento. No caminho, invadiram prisões, quartéis e fortes, armados com longos facões, porretes e apenas duas armas de fogo. Apesar da tentativa, a força bélica dos revoltosos era muito inferior, e eles foram derrotados pela Guarda Provincial. Mais de 70 homens foram mortos durante os confrontos, e centenas foram presos, frustrando o levante.

Desdobramentos da Revolta

Quando a Revolta dos Malês estourou em Salvador, em 1835, mais de 30 anos depois da revolução que promoveu a independência do Haiti, o medo de uma insurreição de escravizados tomar as rédeas de uma província ou mesmo de toda a nação voltou com toda força nos meios senhoriais. Dessa forma, a solução encontrada pelo governo foi punir os revoltosos de maneira exemplar.

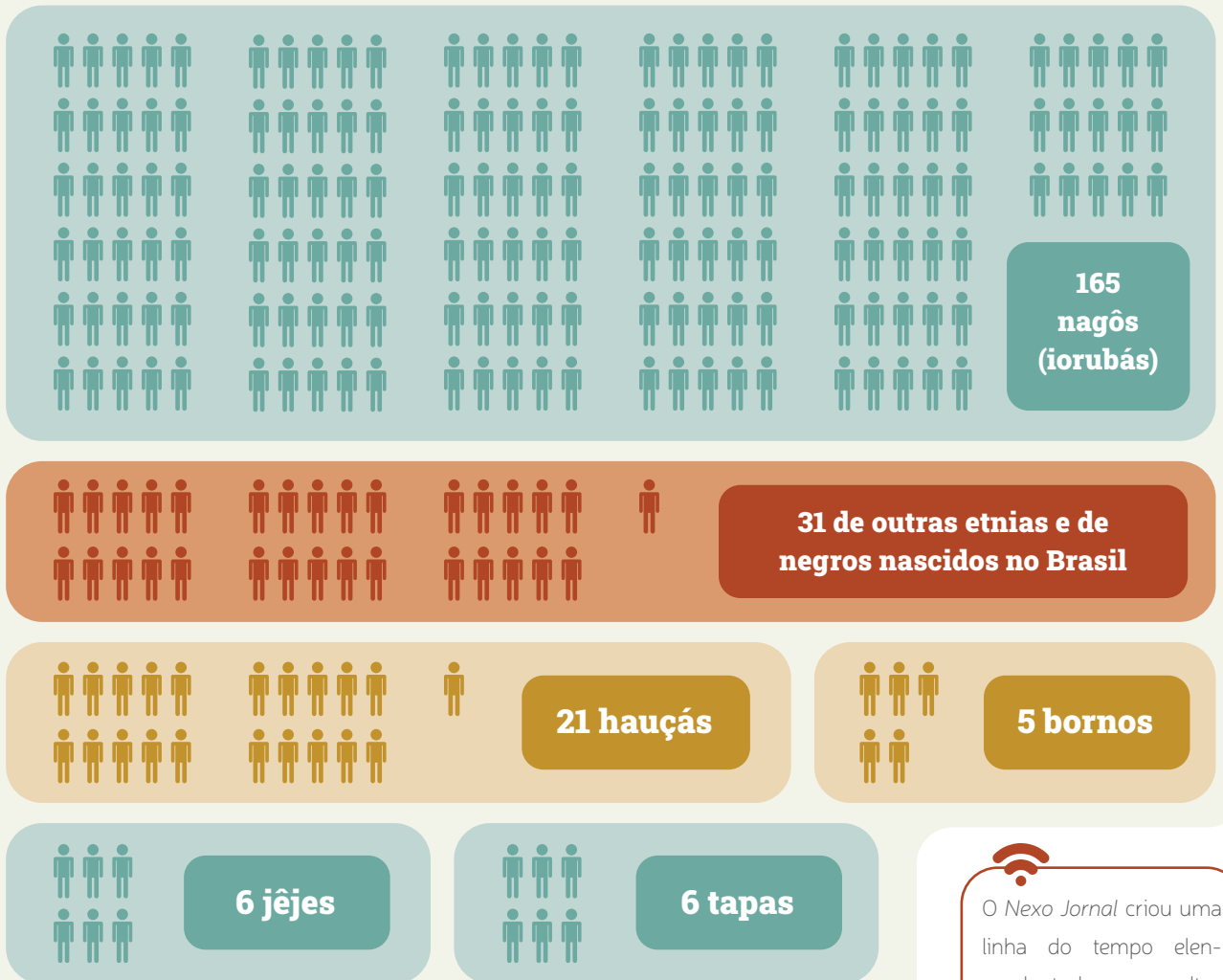
Aqueles que sobreviveram às batalhas receberam penas diversas: açoites que variavam de 200 a 1.000 chicotadas; extradição para todos os libertos que participaram no levante; prisão com trabalhos forçados; e pena de morte por fuzilamento. A deportação de homens libertos era uma pena inédita, instituída após a Revolta dos Malês. Foi utilizada, inclusive, contra homens, cujas provas da participação no movimento eram inexistentes.

Além disso, o medo de novas insurgências por parte de escravizados fez com que leis de repressão fossem criadas, como a Lei nº 09, promulgada em 13 de maio de 1835, que impactou de forma mais direta os africanos livres, visto que dificultou o direito à propriedade e à autonomia, além de prever a deportação dessas pessoas.

Essa reação mostra quanto temor a Revolta dos Malês causou nos senhores, criando uma atmosfera de histeria, especialmente se lembrarmos que o levante não durou mais do que algumas horas. Ao mesmo tempo, mostra o poder de articulação e organização dos escravizados, que produziram um dos eventos mais importantes da história do Brasil e o maior levante promovido por escravizados no continente americano.

Perfil dos revoltosos

A revolta foi articulada pelos malês — entre nagôs e hauçás — e teve participação majoritária deles, porém envolveu também africanos de outras origens.



O Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) possui processos de 234 revoltosos. Muitos foram punidos com pena de morte; outros condenados a açoites (200, 500 até 1.000 chicotadas); outros foram transportados para as galerias e prisões; outros, enfim, deportados para a África; alguns morreram internados no Hospital da Marinha.

A Revolta dos Malês não foi a primeira revolta escravizados a ser vista na Bahia. Só no século XIX, seis revoltas organizadas por essas pessoas foram desarticuladas apenas na província da Bahia. A Revolta dos Malês, então, insere-se em uma conjuntura de contestação à estrutura escravagista que vinha tanto dos espaços rurais quanto dos espaços urbanos. Foi encabeçada exatamente por aqueles que sofriam com a opressão escravagista: homens e mulheres escravizados. Contudo, é importante lembrar que a revolta também se inscreve em um contexto social mais conturbado. Isso porque a abdicação de D. Pedro I deixou um vazio na ordem monárquica e ampliou o espaço para a emergência de movimentos contestatórios contra o poder central.



O Nexo Jornal criou uma linha do tempo elenando todas as revoltas de escravizados ocorridas no Brasil no século XIX. Foram 35 levantes entre 1807 e 1888, o que mostra a articulação e a ação da população escravizada. Para conferir o material, acesse o QR Code a seguir.



As sucessivas revoltas de escravizados na Bahia

O capítulo das revoltas de escravizados da capital baiana abrange quase toda a primeira metade do século XIX e marca esse período da história da província. Essa rica cronologia de lutas dos cativos baianos teve início em 1807 e se estendeu por vários anos.

Minissérie: Revolta dos Malês

Direção: Belisario Franca e Jeferson De

Ano: 2019

Sinopse: Guilhermina (Shirley Cruz), 27, muçulmana escravizada, passa mais de uma década juntando dinheiro para comprar a sua carta de alforria e a de sua filha Teresa (Jamilly Mariano), 11, mas seu “senhor”, o fazendeiro Souza Velho (Roberto Pirillo), só concede a liberdade a Guilhermina. Em meio a esse acontecimento, o maior líder religioso islâmico em Salvador, Pacífico Licutan (André Ramiro), é preso pela polícia local. O caso provoca ira nos malês, por isso um grupo deles se reúne e decide convocar todos os homens muçulmanos para uma *jihad* (guerra santa muçulmana). Compram armas e vão em busca da liberdade dos malês. Apavorada, Guilhermina vê no motim a única possibilidade de liberdade para sua filha.

1807–1813

Esse primeiro ciclo inicia-se com a revolta dos hauçás, que teve a direção de escravizados muçulmanos. Sofrendo um revés inicial, os rebeldes começam a organizar outro movimento, que ainda será dirigido pelos hauçás, agora associados aos nagôs. Prosseguem a luta e, em 1808, voltam a se rebelar. Em 4 de janeiro de 1809, iniciam a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos. Nesse período de luta contra o cativo, os negros estruturam uma associação secreta — Ogoni — que tem como finalidade aliciar escravizados para a luta.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1813, cerca de 600 escravizados de algumas armações marcham para ocupar a capital. Promovem ataques contra senzalas, liquidam a família de um feitor e o matam, seguindo para Itapoã, onde obtêm outras adesões.

Revolta de Cachoeira – 1814

A rebelião eclode na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

Revolta a Bordo – 1823

Durante a viagem para o Brasil, ocorrem amotinções de africanos inconformados com as precárias condições de sobrevivência a bordo. Em 1823, os africanos de um navio negreiro, que se dirigia provavelmente à Bahia, se rebelam e matam inúmeros tripulantes do barco.

Insurreição de 1830

Essa insurreição se inicia em 10 de abril de 1830, com o primeiro ataque desferido contra uma loja localizada na ladeira da Fonte das Pedras. Esse motim ganhou proporções consideráveis, e merece um estudo mais apurado.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/revolta-dos-males/>. Acesso em: 02/02/2023. Adaptado.

Diante desse cenário, a Revolta dos Malês se destaca por algumas particularidades: primeiro, por ter se desenrolado em um cenário urbano, o que não era comum para as rebeliões que envolviam escravos; segundo, pela força e pelos efeitos imediatos nas ruas de Salvador, que causaram perturbação e mostraram o poder de organização dos malês. Por fim, e talvez mais importante, a Revolta dos Malês se destaca pelos seus desdobramentos, que ultrapassaram as fronteiras da província da Bahia e ressoaram até a capital do Império.

Reflita sobre o conteúdo

1. Leia o texto a seguir.

A rebelião de 1835 não foi uma explosão espontânea, resultado de apressada decisão, como por vezes acontecera com revoltas escravas anteriores. Houve um período, longo talvez, de gestação. Faltam-nos, porém, informações suficientes para contar com precisão esse tempo e os passos que antecederam a revolta. Quando interrogados, os rebeldes invariavelmente silenciaram-se a esse respeito. Os poucos que falaram não faziam parte do núcleo central da conspiração e, portanto, não sabiam sua história completa. No entanto, é possível juntar elementos aqui e ali na documentação disponível e recompor em suas grandes linhas a gênese de 1835.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 136.

A Revolta dos Malês é considerada a maior revolta de escravizados da América, e um dos fatores que fizeram com que esse movimento se tornasse tão relevante foi sua organização. A forma como os escravizados se articularam teve forte ligação com os conhecimentos e costumes que trouxeram de suas terras natais, especificamente a religião. Assim, com suas palavras, discorra sobre como a religião islâmica foi um fator marcante nessa revolta.

2. A Revolta dos Malês, rebelião organizada por escravizados e libertos e ocorrida na Bahia em 1835, foi um dos mais significativos movimentos contestatórios do Brasil Império. Sobre esse evento, julgue os itens a seguir.

- I. Foi um movimento que teve inspirações religiosas, reunindo africanos escravizados e libertos pelo fim da escravidão.

- II. Apesar de ter durado poucas horas, foi uma das mais significativas rebeliões de escravizados do Brasil, pela mobilização dos escravizados e pelos desdobramentos observados.
- III. Uma das repercussões imediatas da Revolta dos Malês foi o cumprimento da Lei Feijó, ou seja, a libertação de africanos escravizados que entraram no Brasil após 1831.

Estão **corretas** as afirmativas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

3. Leia o texto a seguir.

Para entender o predomínio da etnia yorubá-nagô na Bahia é necessário recordar que, nas últimas décadas do tráfico negreiro, um enorme contingente de pessoas dessa região foi trazido para Salvador. Nesse momento, os núcleos familiares também não foram tão desmembrados como no início da escravatura, permitindo uma maior manutenção da cultura e dos costumes.

Disponível em: <https://correionago.ning.com/profiles/blogs/a-palavra-nago>. Acesso em: 03/02/2023. Adaptado.

O fenômeno descrito pelo trecho lido traz elementos que se relacionam com:

- a) o fim do tráfico negreiro no Brasil, após a Revolta dos Malês.
- b) a rede de sociabilidade construída pelos yorubá-nagô, fundamental para a construção da Revolta dos Malês.
- c) o enfraquecimento da escravidão nas províncias do norte, haja vista a organização e a luta pela liberdade dos iorubás.
- d) a ausência da formação de uma cultura afro-brasileira, em função da escassa diversidade de povos africanos que chegou escravizado no Brasil.
- e) a manutenção da cultura nagô, considerada a maior aliada dos escravizados descendentes de africanos que organizaram a Conjuração Baiana.

4. Leia o texto a seguir.

As ocupações mais comuns entre os revoltosos eram os serviços urbanos em geral, o trabalho doméstico, o artesanato e as vendas. A maioria dos participantes na revolta pertencia à categoria de escravos de ganho, enquanto um número menor, mas considerável, fazia serviços domésticos.

SILVA, Fabrício Pereira. A história do Levante dos Malês. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 203-208, abr. 2003.

No contexto da Revolta dos Malês, os escravos de ganho:

- a) tiveram pouca importância na rebelião, pois estavam limitados aos serviços domésticos.
- b) foram essenciais para a sociabilidade e a rede de informações que tramou a Revolta dos Malês.
- c) destacaram-se no movimento, motivo pelo qual o sistema de ganho foi abolido após o levante.
- d) eram maioria na sociedade baiana, mas não participaram da Revolta dos Malês, graças à desarticulação entre as etnias dos escravizados.

5. Leia o texto a seguir.

Para o professor Rainer Sousa, a Revolta dos Malês pode ser entendida “como um conflito que deflagrou oposição contra duas práticas comuns herdadas do sistema colonial português: a escravidão e a intolerância religiosa”. A esses dois aspectos João José Reis acrescenta a questão da etnia.

ABI-RAMIA, Jeanne. *A Revolta dos Malês*. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dos-malês>. Acesso em: 10/04/2023.

Sobre a conjuntura histórica destacada no texto, analise as sentenças a seguir.

- I. As estruturas coloniais que vigoraram no Brasil não foram plenamente desmanteladas após a independência e, no contexto do início do século XIX, mostraram-se essenciais para a manutenção da estabilidade social no Brasil, exceto pelo episódio da Revolta dos Malês, por causa das especificidades políticas na Bahia.
- II. A chegada de povos africanos de etnias diversas no contexto de instabilidade política do início do século XIX fomentou a rivalidade entre os escravizados, provocando disputas e conflitos entre eles, sendo a Revolta dos Malês um dos episódios de maior destaque desse período.
- III. A Revolta dos Malês foi a primeira revolta de escravizados do Brasil e desencadeou uma série de novos conflitos por todo o país.
- IV. A intolerância religiosa mencionada no texto refere-se aos episódios de inquisição aos quais os escravizados eram submetidos por professarem a umbanda, o que motivou a Revolta dos Malês.
- V. A Revolta dos Malês se insere no contexto de instabilidade política pós-abdicação de D. Pedro I, no qual estouraram diversos movimentos contestatórios, ao mesmo tempo que está inclusa nas revoltas escravizadas que aconteceram ao longo do século XIX.

Está(ão) **correta(s)**:

- a) I e III.
- b) II, IV e V.
- c) II e IV.
- d) apenas I.
- e) apenas V.

6. (Unesp–Adaptada) Leia o texto a seguir.

Artigo 1º – Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres [...].

Artigo 2º – Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres [...].

(Lei de 7 de novembro de 1831. <https://camara.leg.br>.)

A Lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como **Lei Feijó**:

- I. proporcionou a imediata superação da escravidão no Brasil, que se consolidou com a entrada maciça de imigrantes europeus a partir da década de 1870.
- II. teve efeito reduzido, pois o tráfico internacional de escravizados e a entrada de mão de obra africana no território brasileiro persistiram nos governos sucessivos do país até a metade do século XIX.
- III. foi promulgada por pressão da Coroa inglesa, que determinou que navios britânicos apreendessem todas as embarcações suspeitas de tráfico escravizados.
- IV. proibiu a escravidão no Brasil, embora a escassez de mão de obra assalariada tenha levado à manutenção do emprego de mão de obra escravizada até a década de 1880.
- V. resultou da guinada ocorrida no Período Regencial, quando o Brasil assumiu diretrizes liberais e ilustradas na condução da política econômica e no reconhecimento dos direitos humanos.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I e II. c) III e IV. e) Apenas IV.
b) II, IV e V. d) Apenas II.

7. (Funcab–Adaptada) Analise o texto abaixo.

Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, um grupo de escravos de origem africana, adeptos do Islã, saiu às ruas de Salvador e, durante mais de três horas, enfrentou tropas da cavalaria e milícias. Centenas de escravos e libertos participaram: cerca de setenta morreram, e mais de quinhentos foram punidos com penas de morte, prisão, açoites e deportação.

Esse episódio ficou conhecido como:

- a) Sabinada.
- b) Balaiada.
- c) Confederação do Equador.
- d) Conjuração Baiana.
- e) Revolta dos Malês.

Recapitulando a Revolta dos Malês

Para finalizar os estudos sobre a Revolta dos Malês, vamos construir um mapa mental, sintetizando as principais características do movimento. Para preencher o esquema, você poderá utilizar o que estudou neste capítulo ou pesquisar em outras fontes.

Principais características da Revolta dos Malês (1835)

Luta contra a escravização

Em 1835, Salvador era a cidade imperial com maior população negra, contando escravizados e livres.

Mesmo sendo maioria em números, como os negros eram tratados?

Como os malês pretendiam mudar esse cenário?

Aspectos religiosos

Quais aspectos ligados ao islamismo se destacaram nessa revolta?

A data escolhida para a revolução marcava celebrações de duas religiões: o Dia de Nossa Senhora do Bonfim e o *Laylat al-Qadr*.

De que forma as tradições religiosas dos malês estiveram presentes no dia do combate?

3

A Guerra dos Farrapos

Estancieiros eram os grandes fazendeiros do sul ligados à criação de gado.

Charqueadores eram os donos das charqueadas, local onde se produzia o charque, carne seca e salgada que era a base da alimentação dos escravizados.

A Guerra dos Farrapos, também chamada de **Revolução Farroupilha**, aconteceu na província do Rio Grande do Sul, em 1835. O conflito está inserido no contexto de ebulição social e política pelo qual passava o Brasil após a abdicação de D. Pedro I e teve como um dos principais objetivos a separação da província do resto da federação.

A insatisfação generalizada dos **estancieiros** e **charqueadores** do Rio Grande do Sul com a situação social que enfrentavam na região culminou na mais longa revolta não apenas do Período Regencial, mas de toda a história do Brasil. A Guerra dos Farrapos teve diferentes fases e abrangeu várias regiões do sul do País. O movimento foi nomeado dessa forma porque o termo *farrapos* era utilizado para se referir, de maneira pejorativa, aos revoltosos.



Fogo no pasto (s.d.), de Guido Mondin.

Memorial do Legislativo (RS)

O conflito fez parte dos eventos que contestaram o poder central do Império quando o Brasil estava no seu processo de formação enquanto nação. Neste capítulo, vamos entender por que a Farroupilha foi um processo histórico importante para o estabelecimento do território brasileiro que conhecemos atualmente e para a formação da identidade regional do Rio Grande do Sul.

Entendendo o sul: uma região em disputa

Como vimos, as mudanças provocadas pela estadia de D. João VI e da Corte portuguesa no Brasil, especialmente os gastos gerados pelas reformas na cidade do Rio de Janeiro, resultaram em inúmeras insatisfações em diversos locais do Brasil, principalmente nas províncias que geravam mais lucros. Uma dessas províncias era Pernambuco, que organizou uma rebelião contra o poder português. Alguns anos depois, já no Período Regencial, surgiu, no Rio Grande do Sul, uma revolta também motivada por um sentimento de desprestígio. Assim, para entendermos esse movimento, precisamos compreender como se caracterizava essa região naquele período e os eventos das décadas que antecederam a revolta.

A província do Rio Grande do Sul — que foi incorporada tardiamente ao projeto de colonização português — era estratégica para o território do Brasil. Situada no extremo sul da colônia, era a última província da região, na divisa com as colônias espanholas. Apesar da grande extensão da colônia brasileira, D. João VI, quando esteve no Brasil empreendeu ações expansionistas, invadindo territórios vizinhos. Desse modo, umas das regiões mais visadas pelo rei português foram as Províncias Unidas do Rio da Prata. O nome do lugar se deve à grande quantidade do metal precioso, que era escoado pelo rio que divide o Uruguai e a Argentina. Essa era a razão do interesse de Portugal nessa área: uma região rica em prata e estratégica para o escoamento da produção do continente americano. Em 1816, o Brasil invadiu pela primeira vez essa região, logo após as Províncias do Rio da Prata terem conseguido a independência da Espanha, em 1815.



Retrato do general luso Carlos Frederico Lecor (1764–1836), de Miguel Benzo. Lecor foi responsável por liderar, em 1817, as tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no bem-sucedido ataque às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Tentativas de domínio da região uruguaia

A Coroa portuguesa, durante o período de sua permanência no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, tentou, em três momentos, dominar a região que corresponde à atual República Oriental do Uruguai. A primeira tentativa, em 1808, teve, inicialmente, o apoio do príncipe regente, D. João IV, e correspondia ao projeto de Carlota Joaquina em exercer a regência espanhola a partir do Rio da Prata. No entanto, pela ação de Lorde Strangford, representante britânico no Rio de Janeiro, e de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de D. João IV, o plano de Carlota foi malsucedido.

A segunda tentativa expansionista lusa ocorreu em 1811, mesmo ano em que o militar uruguaio José Gervásio Artigas aderiu à Revolução de Maio, que teve início em Buenos Aires e buscou o rompimento com a Espanha. As tropas de D. João IV invadiram o território oriental sob a alegação de preservá-lo aos Bourbon, casa real à qual Carlota pertencia. Também se utilizou o argumento de que as perturbações no território oriental causavam turbulências na fronteira com o Rio Grande do Sul. No entanto, mais uma vez por pressão inglesa, D. João IV retirou as suas tropas dessa região em 1812.



Domínio público

Cabildo aberto de 22 de maio de 1810 (1910), de Pedro Subercaseaux (1880–1956). Durante a Revolução de Maio, ocorreu um **cabildo** — corporações municipais que administravam as cidades coloniais espanholas — para deliberar sobre os rumos da Espanha. Como resultado, o então vice-rei, Baltassar Hidalgo de Cisneiros, foi removido, e, em seu lugar, foi criada a Primeira Junta, um governo local. Essa foi uma das primeiras revoltas bem-sucedidas da América do Sul.

Em 1816, ocorreu a terceira tentativa expansionista lusa, que, depois de um tempo, obteve êxito. As tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foram lideradas pelo então general Carlos Frederico Lecor e invadiram o território oriental, dominando Montevidéu em 20 de janeiro de 1817.

Uma vez estabelecidos o domínio e o governo luso de Montevidéu, permaneceu à frente dessa empreitada o general Lecor, que administrou o território oriental a partir de Montevidéu até 1825. [...]

Disponível em: <https://revistatemalivre.com/tag/provincias-unidas-do-rio-da-prata/>. Acesso em: 27/02/2023. Adaptado.

Enquanto invadia o território das Províncias da Prata, o Brasil também sofria invasões, e o Rio Grande do Sul era o principal alvo, devido à proximidade das regiões. Em outubro de 1816, as tropas brasileiras derrotaram os adversários em território rio-grandense e invadiram a região que, atualmente, corresponde ao Uruguai. O Brasil venceu o conflito e a região foi anexada ao território brasileiro. Em 1819, o comando militar das Províncias Unidas esboçou uma reação e invadiu Porto Alegre, capital da província, mas, em 1820, as tropas imperiais derrotaram definitivamente o exército das Províncias do Prata.



Domínio público

Tropas Brasileiras 1825, de Jean-Baptiste Debret, retratando o embarque da Divisão de Voluntários Reais, que foi criada em 1815 a partir de uma segmentação do Exército português. O destacamento chegou ao Rio de Janeiro em 1816 e seguiu para o conflito na região sul, que resultou na incorporação da Província Oriental ao Brasil, passando a ser designada de **Cisplatina**. Os cargos de alta patente eram ocupados por militares portugueses, mas o corpo de batalha era diverso, e, muitas vezes, homens da província do Rio Grande do Sul precisaram entrar na batalha contra as Províncias Unidas do Prata.

Em 1825, após a Proclamação da Independência do Brasil, mas ainda sob a agitação desse processo, tem início a Guerra da Cisplatina. Rebeldes nativos da província espanhola declararam união às Províncias Unidas do Rio da Prata, em um movimento que buscava emancipação do Império do Brasil, dando início a mais um conflito entre as regiões. Enquanto o Brasil foi ofensivo no ataque naval, bloqueando o porto de Buenos Aires e provocando desabastecimento na região do Prata, os insurgentes provincianos foram efetivos no combate terrestre e dominaram a área, não deixando as tropas imperiais brasileiras invadirem espaços por terra.

Após três anos de impasse, a Inglaterra e a França intervieram para mediar o conflito, propondo um acordo de paz entre o Brasil e a província rebelde. As Províncias Unidas do Rio da Prata e o Brasil concordaram em desmilitarizar toda a região oriental. Assim, o Brasil reconheceu a independência da Província Oriental, que se transformou na República Oriental do Uruguai.

A Guerra da Cisplatina foi muito desgastante para a imagem de D. Pedro I, imperador do Brasil desde 1822, pois as perdas materiais e humanas foram enormes, especialmente para a província do Rio Grande do Sul. Ao longo dos três anos do conflito, os danos foram inúmeros: um prejuízo financeiro sem precedentes; mais de oito mil mortos, um expressivo número para a época e, não menos importante, a insatisfação geral e a queda na popularidade do imperador.

As províncias do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul — devido à proximidade e ao maior envolvimento com a região em conflito —, viram-se obrigadas a enviar reforços humanos para a guerra. Além disso, as províncias tiveram, ainda,



Reprodução

Um certo capitão Rodrigo

Autor: Érico Veríssimo

O livro conta a história de Rodrigo Cambará, que recebeu a patente de capitão após o conflito com os castelhanos na Guerra da Cisplatina. As desventuras desse complexo personagem estão ambientadas no contexto dos conflitos da região da Prata, mesclando ficção e fatos históricos.

que pagar mais impostos para financiar o elevado custo de manter viva uma batalha estática que não evoluía para qualquer desfecho. Ao final, sem ao menos conseguir manter o território dominado anos antes, o sentimento geral na sociedade foi de revolta com o imperador, por ele ter investido tão alto em uma causa sem retorno.

D. Pedro I convoca seus súditos a lutarem na Cisplatina

Logo após o início da Guerra da Cisplatina, em maio de 1825, o imperador D. Pedro I conclamava aos brasileiros de todas as partes, por meio de uma mensagem oficial, para se apresentarem ao serviço das tropas:

“Que campo de glória se nos apresenta? Qual será o militar que a ele não corra? Que brasileira haverá posto que das mais longínquas províncias, que não deseje vir sustentar o seu empenho, a existência da monarquia, a integridade deste colossal Império, que tanto amedronta o mundo conhecido?

[..]

A província do Rio Grande de São Pedro [atual Rio Grande do Sul] precisa de socorro, que anime seus habitantes, que os ajude e que lhes faça conhecer que tem no seu soberano um pai providente, carinhoso e por eles desvelado, e que busca pô-los a coberto dos horrores que, segundo penso, de pronto os ameaçam.

Que maior glória para um militar que mostrar-se útil à pátria expondo por ela a vida! Não bendirão os vindouros aos vingadores da honra nacional?”

O imperador evocava, nesse discurso, a imagem do grande pai, o defensor de seus súditos, que fazia tudo por seus protegidos, e que se via na necessidade de lançar mão de alguns de seus filhos para combater os rebeldes originais; contudo, também evoca o sentimento da pátria, ao convocar todos os brasileiros para defender os irmãos do Rio Grande do Sul, pagando o “tributo de sangue”. A defesa da Cisplatina e do Rio Grande era a defesa da autoridade monárquica, da honra imperial e da integridade territorial do país. Era por essas lealdades, até certo ponto contraditórias, que os brasileiros deveriam combater.

LUFT, Marcos Vinicius. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2013. p. 73. Adaptado.

Dez anos depois, a ruptura

As províncias do sul nunca ofereceram produtos que a metrópole portuguesa pudesse explorar economicamente no mercado mundial, por isso essa região foi, por muito tempo, preterida pela Coroa portuguesa. A ocupação inicial da região se deu a partir de missões jesuíticas que buscavam catequizar os povos indígenas nativos. Desse modo, as expedições bandeirantes destruíram a maioria das missões religiosas, exterminando povos indígenas e criando grandes áreas “livres”, onde restaram apenas o gado abandonado pelos missionários. Assim, ao longo do século XVII, a região passou a ser, paulatinamente, ocupada por criadores de gado, graças ao relevo plano e à pastagem natural da região. Sendo assim, a ocupação do local era estimulada pela Coroa portuguesa, que queria garantir a sua tutela sob o território, e os proprietários de grandes fazendas para criação de gado — os estancieiros — tinham uma certa autonomia devido aos feitos de guerra contra as províncias espanholas.

Surgiram, então, grandes estâncias, que criavam os bois, bem como surgiram as charqueadas, onde se produzia o couro e o charque. Este último passou a

ser o principal pilar econômico da região sul, abastecendo todo o mercado interno. A partir do século XVIII, as fazendas sulistas, especialmente as da província do Rio Grande do Sul, passaram a ser grandes produtoras do charque, e, conseqüentemente, a abastecer as minas de metais preciosos de Minas Gerais com essa carne. O charque, portanto, tornou-se a base da alimentação das camadas mais pobres e dos escravizados, ou seja, a grande maioria da população que ocupava o Brasil naquele período.

O charque é feito a partir de cortes menos nobres do boi, que são salgados e colocados para secagem. O método foi criado no século XVI para que a carne durasse mais, pois, sem refrigeração, ela apodrecia rapidamente. Nesse período, a carne passava cerca de quinze dias secando no sol, disposta em varais. A produção atualmente conta com recursos modernos para diminuir o tempo necessário de secagem, que, muitas vezes, é feita por meios artificiais.



Greg Dahl/Wirestock Creators | Adobe Stock

O Rio Grande do Sul era o maior produtor do charque do Brasil e vendia seu produto para a região Sudeste, que concentrava um grande número de escravizados. Entretanto, a província rio-grandense tinha que competir com a produção do charque da Argentina e do Uruguai. Esses países utilizavam técnicas de produção mais modernas e empregavam mão de obra livre, assalariada, o que diminuía muito os custos de fabricação. Assim, produtores argentinos e uruguaios vendiam seu charque a preços menores para as províncias brasileiras, desbancando os produtores rio-grandenses. Por isso, esses produtores se queixavam do fato de o governo central não impor taxas alfandegárias ao charque platino, que entrava brasileiro com um preço competitivo, ao passo que o produto do sul brasileiro era taxado para ser comercializado em outras províncias brasileiras.



Domínio público

Na imagem, Jean-Baptiste Debret retrata um escravizado negro conduzindo um rebanho de mulas. No período em questão, a mão de obra escravizada ainda era massivamente utilizada não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, e a manutenção desse sistema escravagista encarecia o preço do charque rio-grandense.

Assim, ao longo dos sete anos que separaram a Guerra da Cisplatina da Revolução Farroupilha, a insatisfação política e econômica das elites do Rio Grande do Sul só cresceu. Durante o Período Regencial, os governadores das províncias, chamados, naquele tempo, de **presidentes das províncias**, eram indicados e escolhidos diretamente pelos regentes, e não pela população provincial. Essas indicações, muitas vezes, desagradavam às elites, pois os nomes escolhidos estavam alinhados aos interesses da realeza, ignorando as solicitações e necessidades locais.

Em 1834, o governo regencial nomeou Antônio Rodrigues Fernandes Braga para a presidência do Rio Grande do Sul, uma figura que contrariava os anseios da elite provinciana rio-grandense. Chegando ao poder, Braga criou novos impostos, taxando, inclusive, as propriedades rurais, visando atender aos interesses do Império, que queria aumentar os seus níveis de arrecadação.

Em 1835, o poder central do Império ainda estava sob a guarda da regência, pois o príncipe D. Pedro II não havia alcançado a idade mínima para assumir o trono abandonado pelo seu pai. Contudo, o projeto centralizador não era aceito de forma unânime nas províncias, e as ideias federalistas rebentavam em várias regiões, principalmente no sul. Além disso, as ações desse sistema ameaçavam o poder absoluto da monarquia por meio de uma tradição autônoma. Logo, a partir da tentativa de aumentar os níveis de arrecadação no governo de Braga, deu-se o estopim para que os estancieiros rio-grandenses deflagrassem uma revolta.

Inicialmente, o levante não tinha o objetivo de separar a província do Rio Grande do Sul do território imperial. A rebelião era inspirada em ideais liberais e, nos seus primeiros momentos, almejava uma maior autonomia para as decisões provinciais nos aspectos políticos e econômicos, bem como a deposição de portugueses dos cargos de poder, tanto das forças militares quanto da administração pública. Nesse sentido, a grande diversidade de correntes ideológicas que integrou o movimento deixa claro que a proclamação da república não era um objetivo inicial.

Em 20 de setembro de 1835, liderados pelo fazendeiro e coronel Bento Gonçalves, os revoltosos tomaram Porto Alegre, lutaram contra os legalistas sem grandes dificuldades e depuseram Antônio Braga, que fugiu para a cidade de Rio Grande, deixando a capital abandonada.

O grande repertório de combate da elite do Rio Grande do Sul possibilitou que os revoltosos obtivessem rápidas vitórias e expandissem o movimento por toda a província. Desse modo, os farroupilhas sofreram um grande baque com a retomada de Porto Alegre pelas tropas imperiais, mas, ao longo dos meses seguintes, conseguiram vitórias expressivas. Em setembro de 1836, entusiasmados com os triunfos, os revoltosos proclamaram a República Rio-Grandense, legitimada na Câmara Municipal da cidade de Piratini.

A **República de Piratini**, como ficou conhecida, confirmou a independência do Rio Grande do Sul sob a conformação republicana e a presidência de Bento Gonçalves, que, após a deposição de Antônio Braga, havia declarado lealdade



Domínio público

Bento Gonçalves foi nomeado coronel de Estado-maior por D. Pedro I em 1829, após a sua atuação como comandante da cavalaria na Guerra da Cisplatina. Fez uma promissora carreira militar e era herdeiro de estancieiros. A atuação de Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul é uma amostra da cultura militar existente naquela província no período em questão. Essa forte ação de chefes militares era devido aos conflitos da região, considerada estratégica para o Império.

à monarquia, exigindo apenas um novo administrador para a sua província. A proclamação da República de Piratini, portanto, iniciou uma nova fase na Guerra dos Farrapos, que consistiu no rompimento total com o poder central. Apesar disso, muitas estruturas imperiais foram mantidas na nova república, entre elas a escravização e o voto censitário, ou seja, restrito aos homens livres.



Lenço Farroupilha, um dos símbolos do Rio Grande do Sul, confeccionado no período em que as forças farroupilhas estavam no campo de Piratini, onde foi proclamada a República de Piratini em 1836. Atualmente, a peça encontra-se em posse do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Logo após a proclamação, depois da Batalha do Fanfa, Bento Gonçalves foi preso, acontecimento que representou uma derrota para os revoltosos. Contudo, isso foi revertido em feito heroico após o líder fugir da prisão e retornar ao Rio Grande do Sul em 1837. Em 1839, o movimento conseguiu atingir a província vizinha, Santa Catarina, e Giuseppe Garibaldi, um guerrilheiro italiano, que havia lutado em vários conflitos na Europa e na América do Sul, aliou-se à Guerra dos Farrapos. Ele foi o responsável por incorporar Santa Catarina ao movimento separatista, proclamando a República Juliana, ou Catarinense.

Em julho de 1840, chegou ao fim o Período Regencial no Brasil. Por meio do Golpe da Maioridade, o então príncipe regente tornou-se Imperador do Brasil sob a alcunha de D. Pedro II, com apenas 14 anos de idade, antecipando em quatro anos sua chegada ao trono. Dava-se início, então, ao Segundo Reinado do Brasil. Nesse período, as tentativas de negociação de paz, que ainda perdurariam por mais cinco anos, começaram.

Em novembro de 1844, após o Massacre dos Porongos, os farroupilhas, que já estavam desgastados, sofreram uma grande baixa. Em fevereiro de 1845, os revoltosos assinaram o **Tratado da Paz de Ponche Verde**, que dava fim ao conflito, mas também concedia reivindicações antigas ao movimento, como a liberdade de escolha do presidente da província, a quitação das dívidas contraídas nos anos de embate, a incorporação dos oficiais farroupilhas ao exército imperial e o perdão aos revoltosos. Chegava ao fim, portanto, o mais longo conflito do Período Regencial brasileiro.

Giuseppe Garibaldi conheceu Anita em Laguna, cidade da província de Santa Catarina. A jovem catarinense se juntou às tropas farroupilhas em 1838, para lutar contra as tropas imperiais, quando conheceu e se casou com Garibaldi. Após o fim da Guerra dos Farrapos, Anita seguiu com Giuseppe primeiramente para o Uruguai e depois para a Itália, onde lutou pela unificação do país em 1849, quando já tinha três filhos com o revolucionário. Anita Garibaldi morreu nos combates da unificação, com 27 anos. Giuseppe morreu mais de trinta anos depois, mas, em vida, continuou sua história de ativismo.

Acesse o QR Code a seguir e assista a um vídeo que conta a história de Anita e Giuseppe Garibaldi e da Guerra dos Farrapos.



200 anos De Anita
Garibaldi | TV Grabois

Carga de cavalaria farroupilha (1893), de Guilherme Litran.

Considerada um clássico da iconografia do Rio Grande do Sul, esta foi uma das primeiras pinturas a retratar esse estado. Embora a obra seja sobre a Revolta dos Farrapos, ela só foi produzida no final do século XIX, pois foi apenas nesse período que a revolução passou a ser vista como símbolo de identidade e orgulho gaúcho.



Domínio público

A participação dos escravizados na Guerra dos Farrapos

Como já vimos, nos locais de criação do gado e da produção do charque a mão de obra utilizada era a escravizada. A chegada de cativos nas províncias do sul foi mais expressiva exatamente no momento de ascensão da comercialização do charque, que passou a ser extremamente lucrativa a partir do século XVIII.

Enquanto as lideranças da Guerra dos Farrapos eram membros da elite do Sul, grandes fazendeiros e pessoas influentes, a maior parte das tropas farroupilhas era formada por escravizados. Essas lideranças abordavam os senhores de escravos, que “cediam” seus cativos às tropas rebeldes e prometiam liberdade a todos os escravizados que lutassem nas fileiras revolucionárias assim que a guerra findasse. Assim, a partir de 1836, foram criados os primeiros corpos de batalhas formados por escravizados, chamados de **Lanceiros Negros**. Essas tropas foram as responsáveis pelas batalhas mais arriscadas e pelas missões mais perigosas.

Acredita-se que milhares de lanceiros tenham participado da Guerra dos Farrapos, o que representou cerca de um terço da metade das tropas revoltosas. A promessa da liberdade era também um meio de estimular a participação mais aguerrida da população escravizada.

Apesar da promessa de liberdade aos cativos que aderissem e lutassem pela causa farroupilha, a república instaurada no Rio Grande do Sul não libertou os escravizados. Entre os revoltosos, a questão da abolição do regime escravocrata



Domínio público

Lancero de la época de Rivera (s.d.), de Juan Manuel Blanes. Os lanceiros usavam a indumentária gaúcha típica, com sandálias de couro e chiripá de pano (traje de origem indígena que consistia em um tecido enrolado na cintura, assemelhando-se a uma saia) e lutavam a cavalo. Foram decisivos para a negociação de paz que findou a Guerra dos Farrapos.

não era unânime, por isso foi rejeitada na Câmara de Piratini — a primeira sede oficial da República Rio-Grandense. Apesar disso, o governo republicano defendia o fim do tráfico negreiro, ao mesmo tempo que os líderes da revolução mantinham seus cativos.

O que faziam e como eram convocados os Lanceiros Negros

Além de contribuírem como soldados à causa farroupilha, negros livres e alforriados, juntamente com indígenas, mestiços e escravizados fugidos do Uruguai também trabalharam em outros setores cruciais da economia da guerra: foram tropeiros de gado, mensageiros, peões e campeiros nas estâncias, trabalhadores na fabricação de pólvora e nas plantações de fumo e erva-mate implantadas pelos rebeldes. [...]

Esses escravizados eram, na sua maioria, recrutados entre os campeiros e domadores da região sul do estado. [...] A arregimentação se dava de várias formas: por meio da solicitação de escravizados a senhores adeptos à causa farrapa; pela captura forçada de negros pertencentes a propriedades leais ao Império; atração com a promessa de alforria, o que acabava por ocasionar o engajamento voluntário de cativos que fugiam de seus senhores, vislumbrando no exército farroupilha uma possibilidade de liberdade. Ou, ainda, poderiam adentrar as tropas em substituição de indivíduo livre convocado, o qual podia oferecer um escravizado com carta de alforria para lutar em seu lugar.

OLIVEIRA, V. P.; CARVALHO, D. V. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Alejjado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, G. F. et al. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 67-68. Adaptado.

O Massacre dos Porongos marcou a derrota dos farroupilhas para as tropas imperiais, o que encaminhou a Guerra dos Farrapos para o final. Nesse confronto, uma tropa inteira de Lanceiros Negros foi dizimada, e mais de 100 homens, em sua maioria negros, foram mortos. Acampados na região de Porongos, a tropa de lanceiros descansava desprevenida em um acampamento, pois havia sido desarmada diante da iminência da realização do acordo de paz, quando, em 14 de novembro de 1844, foi surpreendida pelo exército imperial.

Não se sabe ao certo se as tropas imperiais sabiam da condição vulnerável dos lanceiros — e, se sabiam, como haviam conseguido essa informação confidencial. O fato é que o ataque foi um evento brutal, mesmo diante de um cenário de guerra, pois foi realizado em condições desiguais, desfavorecendo as tropas farroupilhas.

Também não há certeza quanto ao destino dos lanceiros que não estavam na tropa dizimada. Respeitando o acordo de paz, eles foram enviados para a capital do Império, mas não há evidências de que o Estado tenha reconhecido a prometida liberdade. Especula-se que alguns foram incorporados como propriedade do Estado brasileiro, enquanto outros conseguiram fugir para o Uruguai, que já havia abolido a escravidão nessa época.

Refleta sobre o conteúdo

1. Existem controvérsias sobre os destinos dos homens negros que lutaram na Revolução Farroupilha. Contudo, é inegável que esse episódio da história do Brasil é mais um dos tantos eventos históricos nos quais o papel dos escravizados foi essencial, embora não haja o devido reconhecimento. Esse apagamento histórico mostra o quanto os desdobramentos da escravidão e do racismo ainda se fazem presentes na sociedade. Para aprofundar essa discussão, leia o texto a seguir e responda à pergunta.

A busca por uma identidade negra que nos salve do esquecimento tem a ver com uma leitura decolonial da história. Fazer uma revisão crítica e descolonizada é fundamental para uma sociedade que precisa reconhecer as desigualdades raciais. Trazer a luta e a memória dos Lanceiros Negros, em tempos tão hostis, é um modo de reatualizar o passado, colocando à prova a capacidade de ressignificar nossa caminhada, pois rever as narrativas históricas por uma outra perspectiva nos permite exercer nossa liberdade. Importante ressaltar justamente essa palavra: *liberdade*.

TENÓRIO, Jeferson. *A ancestralidade somos nós*. 2022. Disponível em: <https://www.national-geographicbrasil.com/historia/2022/06/a-ancestralidade-somos-nos>. Acesso em: 15/02/2023.

Por que é importante revisitar o passado do nosso país em busca de discutir o apagamento da história da população negra?

2. Leia o texto a seguir.

A Constituição de 1824 estabelecia que o centro determinasse quanto dos impostos arrecadados nas províncias ali ficaria e quanto desse montante deveria ser remetido ao poder central. Com isso, por mais que produzissem, eram espoliados de suas riquezas. Em suma, os senhores do Sul denunciavam a injusta discriminação das rendas provinciais, que privava a província de suas riquezas ao determinar a remessa à corte de parte da renda arrecadada.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 240.

O texto lido faz referência a alguns dos motivos que levaram à eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, o que também era uma insatisfação de províncias de outras regiões. A partir do explicitado no texto e do seu conhecimento sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A formação territorial do Brasil se consolidou rapidamente após a Independência, e a insatisfação apresentada no texto foi um evento pontual das províncias do sul.
- b) A contestação do poder central foi uma situação constante durante todo o período regencial, e a eclosão de revoltas em diversas províncias foi comum nesse período.
- c) As províncias mais lucrativas do Brasil se sentiam lesadas pelas cobranças de impostos, que eram destinados apenas à manutenção da realeza, sem investimentos em negócios da região.
- d) O projeto político centralizador que prevaleceu após a Independência do Brasil não era unânime, tendo causado uma série de conflitos e embates entre aqueles que contestavam tal projeto e o Império que se estabeleceu.
- e) A Revolução Farroupilha se insere no contexto das rebeliões que eclodiram após a abdicação de D. Pedro I, período no qual a demanda das províncias por autonomia, a contestação da centralização do poder e o questionamento sobre a cobrança de impostos foram características comuns a alguns desses conflitos.

3. Leia o texto a seguir.

“Nós somos a estalagem do Império”, diria o general Bento Gonçalves da Silva, estancieiro e militar, líder do movimento, ao explicar a atitude dos rio-grandenses em revolta: o Império servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com pagamento de indenização das perdas sofridas ou com atribuição de cargos e honrarias aos chefes de guerra locais.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 242.

O discurso de um dos líderes da Revolução Farroupilha, exposto no trecho lido, demonstra a indignação de alguns setores da sociedade rio-grandense com o tratamento dispensado pelo governo central à província do Rio Grande do Sul. A insatisfação desse grupo tinha a ver com:

- a) a falta de investimentos imperiais nas estâncias criadoras de gado, o que levava os criadores gaúchos a se deslocar até o Uruguai para acomodar os seus rebanhos.
- b) a proibição imposta pelo Império de vender o charque gaúcho às províncias espanholas, o que gerava mais lucro aos estancieiros da província do Rio Grande do Sul.

- c) o sentimento de desprestígio alimentado pelas altas taxas ao charque gaúcho, que fazia com que o produto não fosse competitivo com o charque produzido pelas províncias espanholas.
- d) a perda da província da Cisplatina, evento que fortaleceu a relação entre a província do Rio Grande do Sul e o governo central, estreitando os laços entre D. Pedro II e Bento Gonçalves.
- e) o boicote que as tropas gaúchas passaram a sofrer do poder imperial após a derrota na Guerra da Cisplatina, perdendo postos de comando para o exército uruguaio, que passou a integrar as forças imperiais brasileiras.

4. Observe o texto a seguir.

Lutar como um lanceiro muitas vezes se mostrava como uma alternativa à vida em cativo, visto que, para além da miragem da liberdade ao final do conflito, a atuação no campo de batalha oferecia oportunidade de fuga, mesmo que a isso implicasse o temor e o medo diário da morte em batalha, situação nada anormal de uma conjuntura belicosa.

OLIVEIRA, V. P.; CARVALHO, D. V. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, G. F. et al. (coords.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 69.

Sobre os Lanceiros Negros, tropa farroupilha que lutou pela independência da província do Rio Grande do Sul, analise os itens a seguir.

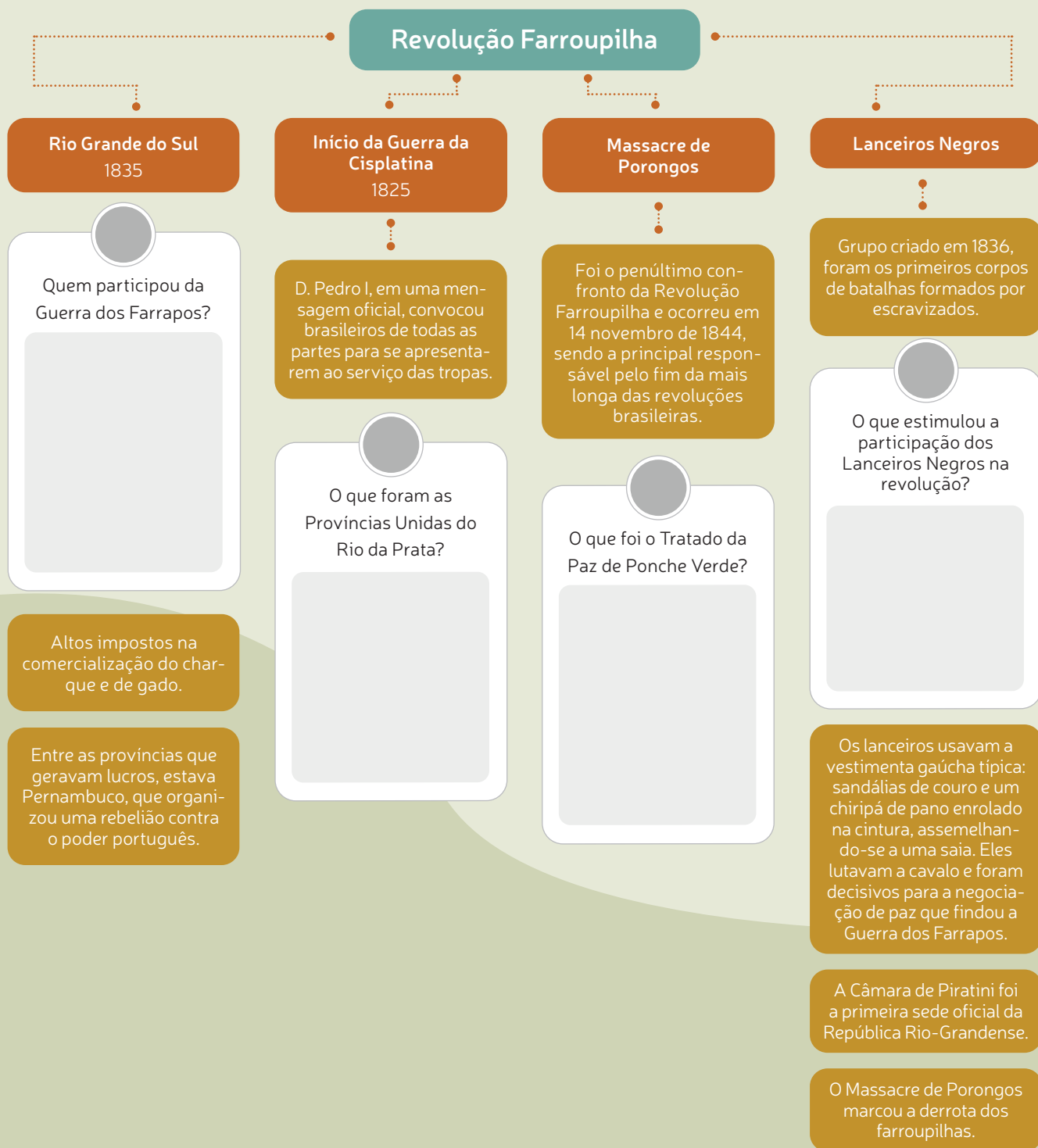
- I. Eram tropas compostas majoritariamente por homens negros, muitos deles escravizados que integraram o corpo dos Lanceiros pela promessa de liberdade que viria após o fim do conflito.
- II. A abolição da escravidão era uma pauta defendida amplamente pelos farroupilhas. A massiva participação de escravizados no movimento forçou os estancieiros a estabelecerem a abolição como compromisso da república independente do Rio Grande do Sul.
- III. A promessa de liberdade aos escravizados que integrassem tropas de guerra, apesar de ter sido uma prática comum no século XIX, adquiriu uma especificidade na Guerra dos Farrapos, entre outros motivos, por causa do episódio do Massacre de Porongos, que dizimou a tropa dos Lanceiros Negros.
- IV. A Batalha de Porongos selou o início da Revolução Farroupilha com a rendição dos Lanceiros Negros, que, apesar das promessas dos estancieiros, não foram libertos após os conflitos.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Recapitulando a Guerra dos Farrapos

Para finalizar os estudos sobre a Guerra dos Farrapos, vamos construir um mapa mental, sintetizando as principais características desse movimento. Para preencher o esquema, você poderá utilizar o que estudou neste capítulo ou pesquisar em outras fontes.



4

Domínio público

A Revolução Praieira

A Revolução Praieira eclodiu na Província de Pernambuco em 1848 e durou até 1850. Fruto de uma disputa entre as elites locais, o movimento tinha inspirações liberais e seu principal objetivo era separar Pernambuco do resto do Império. Essa foi a última das rebeliões imperiais que irromperam ainda no Período Regencial, estendendo-se até a coroação de D. Pedro II.

Assim como as outras revoltas que ocorreram nesse período, uma das motivações da Revolução Praieira foi a insatisfação com a centralização de poder, que ganhou força após a Proclamação da Independência. Nesse contexto, muitas províncias, como a de Pernambuco, desejavam autonomia, isto é, administrar seu território sem interferência do governo imperial. Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, os liberais, que reivindicavam sua soberania diante do absolutismo do poder imperial, sentiram que finalmente poderiam colocar em prática suas aspirações políticas.

Dessa forma, o Período Regencial causou grande instabilidade no Brasil, e muitas regiões passavam por dificuldade em seus negócios. Nesse cenário, apenas as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estavam prosperando, principalmente por causa da produção e exportação de café. Por outro lado, as províncias nordestinas viram a decadência da produção de açúcar e de algodão. Essa deficiência elevou especialmente a pobreza de Pernambuco, que tinha a maior parte de seu comércio local administrado por portugueses, e estes se recusavam a empregar trabalhadores brasileiros.

Diante dessa conjuntura, um grupo de liberais, junto ao povo, organizou uma revolta contra esse sistema, reivindicando melhorias para diversos problemas

que impediam a província pernambucana de se desenvolver. A seguir, estudaremos o contexto em que se deu a Revolução Praieira, mais um movimento separatista do Período Regencial.

Contexto sociopolítico de Pernambuco no século XIX

A abdicação de D. Pedro I causou uma grande instabilidade ao longo do Brasil. O vácuo deixado pelo imperador permitiu que proprietários rurais se apropriassem de terras que ficaram abandonadas, pois estavam anteriormente sob o domínio de D. Pedro I, que retornou à Europa. Isso fez com que o poder e as riquezas se concentrassem na mão de poucas pessoas: os senhores de engenho.

A maior parte das terras pernambucanas – muitos pesquisadores estimam cerca de um terço – pertencia às famílias Cavalcanti e Rego Barros, principais estirpes da província na época. Os membros dessas famílias controlavam a vida política na região, pois integravam tanto o grupo dos liberais quanto o dos conservadores, partidos políticos centrais naquele momento. Por isso, os Cavalcanti e os Rego Barros estavam sempre no governo da província, uma vez que se alternavam entre os dois partidos.

Essa detenção de terras acabou aumentando as desigualdades na província, pois a população – composta por profissionais liberais, artesãos, padres, militares e pequenos mercadores – vivia à mercê dos senhores de engenho e do comércio, controlado majoritariamente pelos portugueses. Com esse monopólio comercial – isto é, a ausência de concorrência –, os portugueses mantinham os preços dos produtos cada vez mais altos, então o povo não tinha outra opção a não ser comprar desses estabelecimentos. Essa situação só serviu para aprofundar o sentimento antilusitano da província.

O contexto político de Pernambuco também refletia uma tensão que ocorria em âmbito nacional: a disputa entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. O primeiro – consolidado após ajudar a Coroa a reprimir as revoltas pernambucanas de 1817 e 1824 – apoiava a centralização de poder nas mãos do Império para controlar as províncias; o último defendia a descentralização do poder e maior autonomia das províncias. Apesar disso, alguns historiadores afirmam que, ao se alternarem no governo, pouca coisa mudava, pois continuavam mantendo os privilégios de apenas uma parcela da população, principalmente em Pernambuco, onde os Cavalcanti ocupavam ambos os partidos.

Ao longo dos anos, houve um revezamento desses partidos no controle da província pernambucana. De 1834 a 1837, os liberais assumiram o poder; de 1837 a 1840, foi a vez dos conservadores; de 1840 a 1841, os liberais retornaram ao poder, mas o perderam novamente para os conservadores de 1841 a 1844. Essa alternância não se dava de forma pacífica e assumia, diversas vezes, um tom violento, especialmente em épocas eleitorais.

Assim, a província de Pernambuco estava inserida nessa grande disputa política, espaço que pertencia não ao povo, mas a famílias privilegiadas. Em 1842,



A província de Pernambuco foi muito importante para a formação do Brasil, uma vez que configurou uma das primeiras regiões ocupadas pelos portugueses. Além disso, tinha uma relevância econômica, principalmente por ter sido um grande centro de produção de açúcar. Para saber mais sobre a importância dessa província e a razão de tantos conflitos nessa região, acesse o QR Code a seguir.



Pernambuco e suas revoltas | Nerdologia

O Diário Novo foi criado pelos liberais como uma contraposição ao *Diário de Pernambuco*, conhecido entre os rebeldes como **diário velho**, pois veiculava somente ideais conservadores e pensamentos dos proprietários de terras, que defendiam a permanência do Império. Outros periódicos, como *O Lيدador* e *A União*, também reafirmavam uma ideologia imperial, contra a qual os praieiros se manifestaram. Essa dinâmica mostra a importância que a imprensa teve, naquele momento, para a consolidação da Revolução Praieira.

após uma divergência entre os liberais, um novo partido emergiu: o Partido Liberal Radical, também conhecido como **Partido Nacional Pernambucano**, ou **Partido Praieiro**. Isso ocorreu porque as pessoas que passaram a integrá-lo se sentiam pouco participativas no cenário político da província, uma vez que, por terem domínio sobre poucas terras, o poder ficava restrito a membros da família Cavalcanti, por exemplo. Além disso, discordavam das questões ideológicas que, naquele momento, orientavam o Partido Liberal.

Foi nessa conjuntura de disputas e instabilidades políticas que o Partido Praieiro chegou ao poder, empreendendo diversas modificações e perseguindo seus opositores tanto do Partido Liberal quanto do Partido Conservador.

As ações do Partido Praieiro

O Partido Praieiro se estabeleceu no governo provincial de Pernambuco em 1845, quando, com o apoio de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho — que já integrava o gabinete ministerial —, conseguiu nomear o liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama para ser o presidente da província. A partir disso, com o aval de Chichorro da Gama, os praieiros, que tinham pautas bem definidas, começaram a impor diversas intervenções no cenário político provincial.

Ao longo dos anos em que Chichorro da Gama esteve no poder (de 1845 a 1848), o Partido Praieiro executou uma intensa perseguição política aos seus opositores, especialmente àqueles que estavam alinhados ao Partido Conservador e à família Cavalcanti. Assim, os praieiros intervieram na Guarda Nacional e na Polícia Civil e demitiram cerca de 600 pessoas, substituindo-as por apoiadores do Partido Praieiro. Este contava com um grande suporte popular, principalmente dos pequenos donos de terra que não eram considerados pela elite açucareira. Segundo o historiador Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, o próprio povo foi às ruas, agrediu os portugueses e depredou diversos estabelecimentos comerciais, pedindo que os praieiros substituíssem os delegados da província —, naquela época, todos aliados aos conservadores.

Os praieiros também atuaram no sentido de armar seus aliados, que haviam ocupado os postos de policiais e delegados da província pernambucana. Conseguiram, ainda, autorização — Chichorro da Gama estava ciente das ações do partido — para invadir as casas de alguns conservadores, como a elite do açúcar, e desarmá-los, causando revolta nos fazendeiros e senhores de engenho da província.

O Partido Praieiro teve uma grande adesão popular por causa de sua retórica, ou seja, a habilidade de convencer o público a adotar os ideais do grupo. A mídia teve um papel muito importante na veiculação das ideias praieiras, em especial o jornal ***O Diário Novo***, fundado em 1842 juntamente ao Partido Praieiro. A sede desse jornal era localizada na Rua da Praia, em Recife, daí o termo *Praieiro* no nome do partido. As publicações feitas no *Diário Novo* eram extremamente críticas à situação da província e se opunham não somente aos conservadores, mas também aos liberais, que, na visão dos praieiros, haviam sido corrompidos.

Ascensão e queda dos praieiros

Em 1844, quando o Partido Praieiro chega ao poder, dá-se início a uma série de mudanças na política provincial que buscava ampliar o poder das suas bases locais. Ao longo dos anos em que permaneceram no poder, os praieiros estabeleceram medidas que tinham como objetivo enfatizar seus ideais e fortalecer o partido em Pernambuco. Assim, já em 1844, foi criada a Tarifa Alves Branco, que visava o protecionismo alfandegário; em 1846, foi executada a reforma para elevar o censo eleitoral, diminuindo o número de eleitores; e, em 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, para facilitar a prática parlamentarista, contribuindo para o poder do ministério e, conseqüentemente, da autoridade do governo do Estado imperial.

Os conservadores não receberam bem todas as mudanças empreendidas pelos praieiros. Assim, houve reações e contestações por parte dos opositores, como os proprietários rurais e membros da elite que compunham o quadro de funcionários do governo, pois, a cada troca de partido, viam-se vulneráveis diante do jogo político de demissões e admissões.

Em outubro de 1848, D. Pedro II destituiu Chichorro da Gama, presidente da província apoiado pelos praieiros, e colocou em seu lugar o conservador Herculano Ferreira Pena. Mais uma vez, iniciava-se a troca de cargos, desempossando todos os praieiros do governo para que pudessem ser admitidos conservadores que apoiassem Ferreira Pena. Dessa vez, porém, um grupo de proprietários rurais ligados ao Partido Praieiro se recusou a entregar seus cargos.

Boa parte dos historiadores considera que a Revolução Praieira armada teve início no dia 7 de novembro de 1848, quando uma tropa de conservadores tentou desarmar um senhor de engenho e praieiro chamado Manoel Pereira de Moraes, que reagiu à operação. Diante disso, praieiros e conservadores ocuparam as ruas de Olinda, onde o conflito, de fato, começou.



diego grandt | Adobe Stock

Na imagem, a Igreja da Sé, em Olinda (Pernambuco). As ruas olindenses foram palco da Revolução Praieira. Os praieiros, liderados pelo general José Inácio de Abreu e Lima e pelo capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, partiram de Olinda em direção às cidades de Igarassu e Goiana, a fim de conseguir apoio de outros senhores de engenho.

O **Poder Moderador**, no Brasil imperial, era considerado um quarto poder e tinha como objetivo harmonizar os outros três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo). Era conferido apenas à figura do imperador, considerado "chefe supremo da nação", segundo a Constituição Imperial de 1824. Munido desse poder, o imperador tinha a função de nomear pessoas para cargos (Senado, Magistrado, etc.) dos outros poderes e supervisioná-las.

Em 1º de janeiro de 1849, os praieiros lançaram um documento intitulado **Manifesto ao Mundo**, de autoria de Borges da Fonseca, que expunha o programa defendido pelos rebeldes, exigindo a instalação de uma Assembleia Constituinte, a qual realizaria as mudanças preconizadas.

Manifesto ao Mundo

"Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta assembleia deve realizar os seguintes princípios:

1. O voto livre e universal do povo brasileiro.
2. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.
3. O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
4. O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros.
5. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
6. A extinção do **Poder Moderador** e do direito de agraciar.
7. O elemento federal na nova organização".

Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/92-governo-pessoal-de-d-pedro-ii/8965-revolta-praieira-a-deflagra%C3%A7%C3%A3o-da-insurrei%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24/04/2023.

Cabeçalho do jornal *O Republico*, lançado pelo jornalista e advogado Antonio Borges da Fonseca em 1830. O periódico tinha inclinações liberais e circulou até 1855. Borges da Fonseca, que defendia o regime republicano federalista, usava o jornal para expressar suas críticas à Constituição imperial. Era opositor ferrenho do Partido Praieiro quando este ocupou a presidência da província de Pernambuco e acusou os praieiros de servirem à Coroa. Após a Revolução Praieira estourar, Borges aderiu à rebelião e, rapidamente, galgou cargos altos na hierarquia praieira, por isso é dele a autoria do Manifesto ao Mundo.



Em fevereiro de 1849, as tropas praieiras, muito diversas na sua composição, chegaram a Recife e foram massacradas pela tropa imperial. Sem conseguir adesão da população recifense, grande parte daqueles que lutavam com os praieiros foi presa ou morta. A resistência seguiu na Zona da Mata Sul, próxima da fronteira com Alagoas, sob a liderança de Pedro Ivo Veloso da Silveira, que reuniu pessoas de origens sociais distintas, como pequenos arrendatários, vaqueiros e diversos grupos empobrecidos do interior da província, para formar a tropa de resistência. Resistindo o quanto pôde, o líder se entregou às autoridades no fim de 1850, com a promessa de anistia para todos que participaram da revolta. Contudo, Pedro Ivo recebeu voz de prisão, e outros líderes foram presos ou fugiram do Brasil. Semelhantemente, a camada popular também foi punida com prisões e recrutamento forçado.

Em novembro de 1851, o Império concedeu anistia ampla aos participantes da Revolução Praieira, e até os exilados puderam voltar a Pernambuco. A mesma sorte não foi ofertada aos populares, que permaneceram presos ou lutando nas forças armadas imperiais. Pedro Ivo também nunca recebeu o perdão imperial, haja vista que faleceu enquanto seguia para a Europa, após fugir da prisão, em abril de 1851.



Na imagem, a antiga Praça Conde D'eu, atual Praça Maciel Pinheiro, no bairro da Boa Vista, em Recife (Pernambuco). A Revolução Praieira se espalhou por toda a província e, ao chegar à capital, causou grande impacto com suas tropas formadas por homens de todas as classes, vindos de várias regiões de Pernambuco. Apesar de não ter conseguido adesão popular em Recife nem ter alcançado seu propósito de revogar a Constituição imperial e recolocar os liberais no poder, a revolta causou alarde e foi repercutida pela imprensa local.

A Primavera dos Povos e os praieiros

A Revolução Praieira foi influenciada por diversas revoltas que ocorreram naquela época ao redor do mundo, especialmente no continente europeu. Em 1848, na Europa, aconteciam manifestações que ficaram conhecidas como **Primavera dos Povos**. Em diversos Estados europeus, grupos sociais se reuniram para contestar o poder absolutista dos monarcas. O afloramento dos ideais liberais e do socialismo utópico influenciou muitas pessoas a contestarem o poder absoluto dos reis e imperadores. As manifestações consolidaram um novo regime jurídico em muitos países — essas ideias não ficaram restritas à Europa —, onde os privilégios dos nobres passaram a ser revistos.

O intercâmbio com países americanos — fosse pela relação colonial há muito tempo estabelecida, fosse pelas viagens que membros da elite americana faziam ao continente europeu para estudar — fez com que as ideias da Primavera dos Povos chegassem ao Brasil e influenciassem movimentos contestatórios aqui.

Em 1848, a saída dos liberais do governo provocaria a eclosão da Praieira na província de Pernambuco. Aquele ano foi agitado por uma série de fatos ocorridos na Europa, que influenciaram os acontecimentos no Brasil. A Revolução de Fevereiro, na França, trouxe perspectivas de uma vida melhor, vista como a “Primavera dos Povos”. O político e jornalista José Tomás Nabuco de Araújo registrou: “a proclamação da República na França havia agitado o nosso mundo político em suas profundezas”. Esse ano marcante assinalou o encontro de ideias liberais com as ideias socialistas — de autores franceses como Proudhon e Fourier e do inglês Owen.

Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_praieira.html. Acesso em: 14/04/2023. Adaptado.

Quadro *Nas barricadas da Rua Soufflot* (1848), de Horace Vernet. Na imagem, que retrata as ruas de Paris durante a Primavera dos Povos, é possível ver o Panteão ao fundo, símbolo parisiense, um dos primeiros monumentos da cidade. A França foi um dos países que se viu tomado pelas revoltas em prol do fim do absolutismo. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, ainda estava viva na memória dos franceses, que se inspiraram nos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade para irem às ruas contra o poder do monarca.



Domínio público

Brasil Império: em busca de uma nação

O período no qual o Brasil foi uma monarquia imperial (que se inicia após a Independência, em 1822, e termina com a Proclamação da República, em 1889) foi muito diverso. Assim, é importante destacar o Período Regencial, entre 1831 e 1840, pois, nesse momento, o Brasil viveu anos de instabilidade política e tentou se firmar como nação não apenas perante o mundo, mas para a sua própria população.

Ao longo deste livro, tivemos contato com movimentos revoltosos que ocorreram exatamente durante o Brasil Império. Estudamos rebeliões muito diferentes que aconteceram em espaços e tempos distintos, algumas tendo sido inteiramente vivenciadas no Período Regencial; outras alcançando o Segundo Reinado, etc. Essas revoltas também tinham objetivos e desdobramentos divergentes.

Então, o que faz com que esses movimentos estejam relacionados entre si? Todos eles evidenciam que, no início do século XIX, o Brasil não era um país coeso e pacificamente unificado. O país que conhecemos hoje — grande e diverso, mas aglutinado sob o sistema político federativo — é fruto de muitas lutas e movimentos sociais que agitaram o século XIX. Os projetos políticos que estavam em jogo após a Independência concorriam entre si, e o Estado absolutista, centralizado e monárquico, impôs-se a custo de lutas e rebeliões por todo o território. Diante disso, os movimentos contestatórios que analisamos foram escolhidos por representarem a diversidade que havia nas lutas travadas contra o Império, bem como a mentalidade revoltosa da época. No entanto, é importante mencionar que outras rebeliões eclodiram no mesmo período. Por isso, compreender esses movimentos revoltosos é essencial para entendermos seus impactos na formação do Brasil e em sua diversidade.

Refleta sobre o conteúdo

1. Leia o texto a seguir.

Nas páginas da sua revista, *O Progresso*, publicada entre 1846 e 1848, Antonio Pedro de Figueiredo apontou como grandes males sociais da província a estrutura agrária, com a concentração de terra nas mãos de uns poucos proprietários, e o monopólio do comércio pelos estrangeiros.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Adaptado. São Paulo: Edusp, 2006. p. 178.

As críticas feitas pela revista citada no texto estiveram ligadas à Revolução Praieira, que **não** tinha entre os seus objetivos:

- a) a criação de uma tarifa alfandegária específica para os comerciantes portugueses.
- b) a liberdade de imprensa.
- c) o estabelecimento de uma nova Constituição, na qual o Poder Moderador estaria extinto.
- d) o voto livre, sem distinção de renda.
- e) o fim do monopólio do comércio pelos portugueses.

2. Leia o texto a seguir.

Durante o quinquênio liberal (1844–1848), todas as eleições foram acirradas em Pernambuco, inclusive as que renovavam os mandatos nas Câmaras e na Assembleia Provincial. No Recife, houve pelo menos sete manifestações de rua, nas quais a população urbana agrediu portugueses e estrangeiros em geral, saqueou lojas e exigiu a nacionalização do comércio a retalho.

CARVALHO, M. J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 212.

No contexto da Revolução Praieira, o sentimento antilusitano estava ligado:

- a) aos privilégios políticos ofertados aos portugueses, que podiam votar e ser votados, diferentemente do que acontecia com os brasileiros.
- b) à resistência ao Partido Conservador, que concedia isenção de impostos apenas aos portugueses.
- c) aos efeitos da Confederação do Equador, quando tropas portuguesas dizimaram indígenas e escravizados, culminando na Revolução Praieira.
- d) ao monopólio comercial dos portugueses, acusados de roubarem os cargos dos brasileiros.
- e) à predominância dos portugueses nos engenhos, fazendo com que a concentração de terras mantivesse a relação de dependência do Brasil com Portugal.

3. Leia os textos a seguir.

Texto I

O estopim da Revolução Praieira foi a destituição, por D. Pedro II, do governador de Pernambuco, o liberal Chichorro da Gama, simpaticante dos praieiros. Para seu lugar foi nomeado o conservador Herculano Ferreira Pena, que logo tratou de demitir os funcionários que tivessem algum vínculo com o partido derrotado.

DOMINGUES, Joelza Ester. *Início da Revolução Praieira, Pernambuco*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/inicio-da-revolucao-praieira>.

Texto II

Desde 1840, dois partidos políticos revezavam-se no poder: o Liberal e o Conservador. Vitoriosos nas eleições do ano de 1841, os liberais voltaram ao governo. Entretanto, permaneceram por pouco tempo. Foram sucedidos pelos conservadores, que se mantiveram no poder de 1841 a 1844. Após novas eleições, os liberais retornaram, formando novamente um ministério.

Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8961-revolta-praieira-o-contexto>. Acesso em: 24/04/2023. Adaptado.

Os textos enfatizam o aspecto da Revolução Praieira ligado à(ao):

- a) papel secundário exercido por D. Pedro II na província de Pernambuco, autônoma do poder central.
- b) disputa político-partidária que se dava entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, também chamado de Partido Praieiro.
- c) causa social da Revolução Praieira, que levou milhares de populares às ruas que pediam a deposição de Chichorro da Gama.
- d) rompimento da troca de favores entre D. Pedro II e os liberais da província de Pernambuco.
- e) morosidade do poder central, que prolongou o mandato de Chichorro da Gama mesmo diante das contestações populares.

4. (PUC–Campinas–Adaptada) Leia o texto abaixo.

Deflagrada em Pernambuco em 1848, a Revolução Praieira se insere no contexto revolucionário do século XIX e, ao mesmo tempo, representa uma das últimas manifestações de rebeldia contra o governo imperial.

O núcleo urbano que aderiu ao movimento pretendia a:

- a) antecipação da maioria de D. Pedro II, a extinção do voto censitário e a descentralização do poder político.
- b) adoção do sistema federalista, a introdução do ensino primário gratuito e a coletivização da propriedade privada.
- c) restauração do Conselho de Estado, a limitação do poder do rei e a instituição do parlamentarismo.

- d) abolição da escravatura, a autonomia das províncias e a criação do Partido Republicano Regional.
- e) extinção do Poder Moderador, a proclamação da República e a instituição do sufrágio universal.

5. Leia os textos a seguir.

Texto I

[..]

Onde mais vivo em peito mais valente
Num coração mais livre o sangue ardente
Ao fervor desta América bulhava?
Era um leão sangrento que rugia:
Da guerra nos clarins se embriagava –
E vossa gente – pálida recuava –
Quando ele aparecia!

Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alvares-de-azevedo/textos-escolhidos>. Acesso em: 14/04/2023.

Texto II

Pernambuco! Um dia eu vi-te
Dormido imenso ao luar,
Com os olhos quase cerrados,
Com os lábios – quase a falar...
Do braço o clarim suspenso,
– O punho no sabre extenso
De pedra – *recife* imenso.
Que rasga o peito do mar...

Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/CASTRO_ALVES/ESPUMAS/ESPUMAS_TEXTO.HTML. Acesso em: 14/04/2023.

Os poemas lidos eternizam, em seus versos, o soldado Pedro Ivo, considerado um herói pernambucano por sua atuação da Revolução Praieira. Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I. Pedro Ivo foi o líder da tropa que resistiu às investidas do Império após a derrota dos praieiros na capital. Tais tropas reuniram grupos sociais diversos em sua luta.
- II. O reconhecimento da atuação de Pedro Ivo na Revolução Praieira foi posterior à sua morte, já que o soldado foi abandonado pelos outros líderes da revolução e preso como bode expiatório em 1850.
- III. Tanto a liderança de Pedro Ivo, voltado especialmente para a Zona da Mata, quanto a de Borges da Fonseca, mais centrada na capital da província, mostra a amplitude da Revolução Praieira, apesar do seu fracasso.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I.

6. Leia o texto a seguir.

Em livro publicado originalmente em 1933, Caio Prado Jr. considerava a Praieira o último entre os movimentos de caráter eminentemente popular e democrático que acompanharam o processo de Independência. Para ele, não faltou aos praieiros uma ideologia concreta e reformista, consignada nas reivindicações do *Manifesto ao Mundo*, que teriam sido covardemente renegadas pelos chefes da Praia depois da derrota da rebelião.

CARVALHO, Marcus J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 217.

A característica da Revolução Praieira que fez Caio Prado Jr. julgar a revolta como popular foi:

- a) a participação dos praieiros, vinculados ao Partido Conservador, que buscava a emancipação diante da Coroa portuguesa.
- b) o apoio dos comerciantes portugueses à revolta, que buscou atender aos interesses dos mercadores pernambucanos.
- c) a participação do povo, que sofria com a desigualdade da província pernambucana e aderiu à causa do Partido Praieiro.
- d) o teor das reivindicações dos praieiros, que defendiam o fim da escravidão, a liberdade de imprensa e o voto feminino.
- e) o lançamento do *Manifesto ao Mundo*, que exaltava os feitos do Partido Conservador e pedia a volta de D. Pedro I.

7. Leia o trecho a seguir.

“E eu piso onde quiser, você está girando melhor, garota
Na areia onde o mar chegou, a ciranda acabou de começar, e ela é!
E é praieira! Segura bem forte a mão
E é praieira! Vou lembrando a revolução,
Vou lembrando a revolução
Mas há fronteiras nos jardins da razão”

Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-science/45206/>. Acesso em: 14/04/2023.

A letra da música *A praieira*, de Chico Science, remete à Revolução Praieira (1842–1849), ocorrida em Pernambuco. Essa revolução de caráter liberal tinha uma série de reivindicações, **exceto**:

- a) a liberdade de imprensa.
- b) a instituição do voto universal.

- c) o fim do monopólio comercial dos portugueses.
- d) o fim da propriedade privada do povo.
- e) a extinção do Poder Moderador.

8. (UFRGS–Adaptada) A Revolução Praieira foi um movimento que arregimentou oligarcas e setores empobrecidos da população pernambucana contra o Império do Brasil. Ao divulgarem o *Manifesto ao Mundo*, os rebeldes exigiam, entre outras demandas, o voto livre e universal, a independência dos poderes constituídos, o fim do Poder Moderador e o monopólio de brasileiros no comércio varejista.

Em relação aos seus ideais, é **correto** afirmar que os rebeldes:

- a) foram inspirados pela Revolução Francesa e eram favoráveis à centralização política no Poder Executivo e partidários da presença portuguesa na economia.
- b) foram influenciados pela Primavera dos Povos, de 1848, eram liberais e possuíam um componente antilusitano.
- c) eram adeptos das teorias socialistas, incentivando a luta de classes e a administração centrada no poder do imperador.
- d) lutavam contra o predomínio das oligarquias regionais, preconizavam a “revolução dos pobres” e a independência da região Nordeste.
- e) defendiam o fim do Império, o retorno à condição colonial e o incentivo ao comércio interno.

9. (UFRGS–Adaptada) Das rebeliões internas ocorridas no Brasil durante o Segundo Reinado, destaca-se o sentido social da Revolução Praieira de 1848:

- I. porque o governo rebelde aprovou uma Constituição que tornava cidadãos brasileiros os portugueses residentes no Brasil.
- II. devido ao *Manifesto ao Mundo*, no qual os revoltosos pregavam o voto livre e universal para os brasileiros.
- III. porque o imperador D. Pedro II estabeleceu uma política de conciliação, anistiando os líderes revoltosos e integrando-os ao Senado Vitalício.
- IV. porque, entre as intenções dos revoltosos, estava o desejo de se livrar dos impostos excessivos sobre a extração do ouro.

Está(ão) **correta(s)**:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) Apenas II.
- d) apenas II.
- e) apenas IV.

Recapitulando a Revolução Praieira

Para finalizar os estudos sobre a Revolução Praieira, vamos construir um mapa mental, sintetizando as principais características desse movimento. Para preencher o esquema, você poderá utilizar o que estudou neste capítulo ou pesquisar em outras fontes.

Revolução Praieira

Pernambuco
(1848–1850)

Foi a última revolta durante o Brasil Império.

Fundação do jornal *O Diário Novo* juntamente com o Partido Praieiro.

Em 1842, após uma divergência entre os liberais, surgiu o Partido Liberal Radical, ou Partido Nacional Pernambucano, ou ainda Partido Praieiro.

Os praiheiros se opuseram ao *Diário de Pernambuco*, conhecido como o **diário velho**, pois era controlado pelos conservadores, a fim de veicular o pensamento imperial.

Ganhou o nome de *Revolta Praieira* porque a sede do jornal comandado pelos liberais revoltosos, os **praiheiros**, localizava-se na Rua da Praia.

Qual foi o documento lançado pelos praiheiros, em janeiro de 1849, que exigia a criação de uma Assembleia Constituinte? Quem o divulgou?

Entre 1845 e 1848, quem foi nomeado presidente da província?

Os ideais do Partido Praieiro foram influenciados pela Primavera dos Povos, momento em que a Europa vivia diversos movimentos contestatórios, especialmente contra a monarquia absolutista.